

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO CONFERÊNCIA DA CIDADE

Exposição dos trabalhos elaborados para o Plano



Plenária

Recepção

Apresentação do Grupo de Chorinho



PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006



An aerial, high-angle photograph of a city street at night. The street is illuminated by streetlights, and several cars are visible in the lanes. On either side of the street are tall buildings, some with lit windows. The overall scene is a dense urban environment.

"Paisagem Urbana

É apenas um menino na calçada,
pálido...sujo...tristonho...
Contemplando o edifício,
da altura de um sonho."



AUTARQUIA DA PREFEITURA DE VOLTA REDONDA



LANÇAMENTO PLANO DIRETOR Auditório da UFF - 06.06.06



Abertura dos trabalhos para elaboração do Plano Diretor Participativo
Assinatura dos Decretos Municipais nºs 10.585 e 10.586.



Nº de participantes : 132 pessoas

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO VR

Calendário das Plenárias - capacitação e mobilização

1ª Plenária -- IPPU-VR , SMP , EPD , Comitê Técnico e Comitê de Mobilização
19 de junho – Auditório do Edifício Plaza - 15:00 hs.

2ª Plenária - Secretarias Municipais, Autarquias, Empresas de Economia Mista e Fundações
21 de junho – Auditório do Estádio Raulino de Oliveira - 15:00 hs.

Posse do Conselho Gestor
26 de Junho - Auditório da PMVR – 17:00 hs.

3ª Plenária - Entidades Acadêmicas, Conselho de Classe e ONG.
28 de junho - FOA – Fundação Oswaldo Aranha – Anexo da UHG - 18:00 hs.

4ª Plenária - Entidades do Movimento Sindical
29 de junho – AEVR -Ass. Dos Eng^o de V.Redonda – 18:00 hs

5ª e 1ª Plenárias com as Entidades dos Movimentos Populares(Associação de Moradores e Posseiros).
01 de julho – Auditório do Estádio Raulino de Oliveira – 8:00 às 14:00 hs.

6ª Plenária - Entidades Empresariais
03 de julho – Salão de Convenções do Hotel Bela Vista – 18:00 hs.

7ª Plenária - Agenda 21
04 de julho - Auditório do Edifício Plaza – 18:00 hs.

8ª Plenárias com as Entidades dos Movimentos Populares(Movimentos Sociais)
08 de julho – Auditório do Estádio Raulino de Oliveira – 8:00 às 14:00 hs

9ª Plenária – Mov. Da Juventude
11 de julho – Auditório Edifício Plaza – 18:00 hs.

Fórum de Diagnóstico
18 de Julho – Assoc. dos Aposentados – 18:00hs

Sonhos e hipóteses douradas encomendam o mar prometido de grãos maduros germinando. Semeador, prepara a tua foice;
Vais usá-la para colher o amanhã que se tomará o teu verdadeiro hoje. (Brecht)



DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

1ª Plenária - IPPU/VR, SMP, EPD, Comitê Técnico e Comitê de Mobilização

Auditório do Ed. Plaza - 19.06.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

IMPORTANCIA DO PLANO DIRETOR

- 1 -Planejamento e controle do uso e ocupação dos solos tradicionais.
- 2 -Artigos da Constituição Federal de 88 artigos 182 e 183
- 3 -Aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001) após 11 anos no Congresso
- 4 -2003 no governo Lula criação do Ministério das Cidades com atores históricos.
- 5 -A função social da propriedade Urbana

PLANO DIRETOR

- 1 -O Estatuto da cidade A cidade tem que ser gerida a partir da Const. Federal, Lei Orgânica e Estatuto da Cidade

SITUAÇÕES x SOLUÇÕES

- Ocupação de terrenos ou imóveis de particular

X

Constituição art.183/Usucapião urbana/individual ou coletiva

- EC/ZEIS Zona Especial de Interesse Social

(Com as condições facilitadas para população de baixa renda fazer com facilidade a regularização.)

X

Ocupação de terreno em loteamento irregular.

EC/ZEIS Zona Especial de Interesse Social

PONTOS POSITIVOS:

- 1 -Infra estrutura

PONTOS NEGATIVOS:

- 1 -Transporte coletivo
- 2 -Violencia
- 3 -Desemprego

Temas prioritários:

- 1.Imagem da cidade
- 2.Função e papel econômico
- 3.Expansão/adensamento
- 4.Mobilidade
- 5.Questões ambientais
- 6.Sustentabilidade

Nº de participantes : 33 pessoas



DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

2ª Plenária - Secretarias Municipais, Autarquias, Empresas de Economia Mista e Fundações

Auditório do Estádio Municipal - 21.06.06



Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS:

- 1 -Volta Redonda bem servida de infra estrutura
- 2 -Poucas opções de trafego com falta de ciclovia/onibus
- 3 -Escala humana (edifício, bairros, cidades amplas e
- 4 -Abastecimento de água
- 5 -Opões de lazer
- 6 -Monitoramento de câmeras de segurança
- 7 -Infra estrutura viária
- 8 -Saneamento
- 9 -Infra estrutura urbana



PONTOS NEGATIVOS:

- 1 -Tratamento de esgoto
- 2 -Áreas protegidas
- 3 -Ocupação de praças
- 4 -Fluxo de veículos
- 5 -Verticalização do municipio
- 6 -Restrição a verticalização do município
- 7 -Falta de áreas industriais
- 8 -Grande quantidade de prédios abandonados
- 9 -Unidades comerciais sem vagas para carro - estacionamento
- 10 -Falta de habitação e loteamento populares para população de baixa renda
- 11 -Falta de áreas de preservação ao longo do Rio Paraíba
- 12 -Algumas Avenidas com grande fluxo de carros
- 13 -Transporte coletivo
- 14 -Falta de ciclovia
- 15 -Aterros sanitário

Temas prioritários:

- 1.Imagem da cidade
- 2.Função e papel econômico
- 3.Expansão/adensamento
- 4.Mobilidade
- 5.Questões ambientais
- 6.Sustentabilidade

Nº de participantes : 34 pessoas



DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

3ª Plenária - Acadêmicos, Cons. de Classe e ONGs

Auditório da FOA - anexo a UHG - 28.06.06



Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS:

- 1 - Poder público acessível
- 2 - Coleta de lixo
- 3 - O orgulho com o padrão de Infra estrutura e serviços
- 4 - VR atende como âncora toda a região
- 5 - Facilidade de locomoção
- 6 - Qualidade de vida
- 7 - Conjunto cidade planejada
- 8 - Manutenção das vias públicas
- 9 - Conjunto de recursos humanos
- 10 - Infra estrutura da cidade (centro onde houve planejamento)
- 11 - Rio e mata rio Brandão Cicuta (criar incentivos p/ melhorar)
- 12 - Prédios históricos - Rádio CSN e Cine 9 de abril (preservar)
- 13 - Áreas de lazer
- 14 - A cidade é bem arborizada , bem sinalizada e limpa
- 15 - Transposição do rio Paraíba (usar Lei que cede verba p/ uso da conservação dos rios)
- 16 - Apoio do poder público aos que trabalham c/ deficientes/ongs.
- 17 - Reflorestamento
- 18 - Reforma de escolas adaptando aos deficientes
- 19 - O Viaduto melhorou muito o trânsito
- 20 - Saneamento em áreas de periferia
- 21 - Lazer

PONTOS NEGATIVOS:

- 1 - Educação
- 2 - Translucidez dos recursos (mais transparência)
- 3 - Rio Paraíba do Sul (como recuperar as margens do rio?)
- 4 - Poluição do meio ambiente
- 5 - Sinalização viária (poluição visual)
- 6 - Faltam vagas para carro
- 7 - Melhoria da condução (ônibus)
- 8 - Rio - resíduos sólidos/ depósito demetais pesados pela CSN
- 9 - Ocupação desordenada das margens do rio
- 10 - Loteamento aprovados próximo ao rio em desacordo c/ a Lei
- 11 - Relação com a CSN (alternativas futuras na sua ausência)
- 12 - Trânsito complicado em horário de pique
- 13 - Falta ciclovia - acessibilidade
- 14 - Falta preservação imóveis históricos
- 15 - Transp. público atender toda a cidade , inclusive bairros nobres
- 16 - Acessibilidade veículo / pedestre e dos portadores de deficiência
- 17 - Faltam ônibus especiais p/ portadores de necessidades especiais
- 18 - Dinâmica do trânsito
- 19 - Direito de ir e vir ao deficiente físico
- 20 - Falta de programa a moradia (população de baixa renda)
- 21 - Sustentabilidade (hoje se gasta 1 milhão/dia para manter a cidade. Se queremos mais de onde vai sair?

Temas prioritários:

1. Imagem da cidade
2. Função e papel econômico
3. Expansão/adensamento
4. Mobilidade
5. Questões ambientais
6. Sustentabilidade

Nº de participantes : 30 pessoas



DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

4ª Plenária - Movimento Sindical

AEVR - Ass. Dos Eng^{os} de V.Redonda - 29.06.06



Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS

Pequeno adensamento , terrenos vazios urbanizados
 resistência dos ciclistas/ proximidade com parques nacionais e cidades históricas.
 Infra estrutura urbana
 Sinalização dos bairros (placas)
 Educação
 Saúde
 Urbanização nos núcleos de posse
 Imagens/ atrair empresas (onde instalar empresas?)
 Sinalização da cidade (orientação de bairros e eq.. públicos)
 Arborização (replantio)
 Posição significativa (Rio / SP/ Minas)
 Equipamentos urbanos públicos e privados (porém, melhorar distribuição)

PONTOS NEGATIVOS

Falta de adensamento (local p/ encontros)
 Falta de ciclovias e nas existentes não há segurança
 Verticalização da Vila Santa Cecília
 Descaso com monumentos históricos
 Espaço físico para pedestres e automóveis
 Mercado de trabalho/empresas
 Oportunidades de trabalho para fora de Volta Redonda
 Vigilância das empresas de fora (qto. as exigências de legislação fiscal)
 Falta de capacitação de trabalhadores p/ empresas
 Falta de oportunidades p/ os técnicos capacitados
 Transporte/dificuldades
 Emprego
 Polo industrial/rede de siderurgia
 Educação superior
 Tombamento de árvores antigas e não replantadas
 Corte/poda inadequada das árvores
 Mudanças de uso do solo e perda de bens de referencia histórica/cultural

Nossas relações:

- 1 - Com a localização geográfica e as oportunidades decorrentes (centralidade)
- 2 - Com adensamento, a verticalização e a estética urbanística
- 3 - Com circulação do transporte e a mobilidade, incluindo o uso de bicicleta e do automóvel (vias/ciclovias)
- 4 - Com atração e localização de empresas e com geração de emprego (que tipo de atividade econômica e que território da cidade pode ser disponibilizado
- 5 - Com a produção de moradias de interesse social
- 6 - Com manutenção e aperfeiçoamento de infra-estrutura e qualidade de vida.
- 7 - Com investimento em capacitação de alto nível

Temas prioritários:

1. Imagem da cidade
2. Função e papel econômico
3. Expansão/adensamento
4. Mobilidade
5. Questões ambientais
6. Sustentabilidade

Nº de participantes: 26 pessoas



DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

5ª Plenária - Movimentos Populares

Auditório Estádio Municipal - 01.07.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS:

- 1 -Capacidade de transformação da cidade
- 2 -Localização privilegiada da cidade
- 3 -Pavimentação, iluminação, limpeza urbana, calçadas, sinalização, manutenção e conservação da cidade.
- 4 -Praças, áreas de lazer, quadras cobertas, arborização, etc...
- 5 -Estádio, Ilha São João, ginásio poliesportivo, Praça Brasil, Mirante (Belo Horizonte)
- 6 -Meio ambiente e áreas verdes
- 7 -Água de boa qualidade e esgoto,
- 8 -Valorização da 3º idade.
- 9 -Casa da Cidadania (carece de segurança)
- 10 -Relacionamento Governo/sociedade (O.P. , Prefeito perto da gente, participação popular)

PONTOS NEGATIVOS:

- 1 -Transporte coletivo (1/4 dos presentes)
- 2 -Poluição dos rios
- 3 -Crescimento desordenado (encosta e ocupação ribeirinha)
- 4 -Falta de oferta de habitação popular
- 5 -Falta de oferta de emprego
- 6 -Poluição do meio ambiente
- 7 -Falta de área /para expansão
- 8 -Poucas ciclovias (mais e melhores)
- 9 -Falta de tratamento de esgoto
- 10 -Falta de conscientização da população sobre lixo, posturas, civilidades
- 11 -Lotes abandonados e terras ociosas
- 12 -Terrenos ociosos da CSN
- 13 -Desmatamento de encostas
- 14 -Capacitação profissional/emprego
- 15 -Acessibilidade/portadores de deficiências e doentes

Temas prioritários:

- 1.Imagem da cidade
- 2.Função e papel econômico
- 3.Expansão/adensamento
- 4.Mobilidade
- 5.Questões ambientais
- 6.Sustentabilidade

Nº de participantes: 93 pessoas





DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

6ª Plenária - Grupo Empresarial

Salão de Convenções Hotel Bela Vista - 03.07.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS:

- 1 -Urbanização
- 2 -Comércio e serviços
- 3 -Papel regional da cidade (estrutura grande de profissionais)
- 4 -Acessibilidade
- 5 -Fácil locomoção
- 6 -Estádio
- 7 -Capacidade econômica (capacidade de realizar a cidade)
- 8 -Liderança regional
- 9 -Pólo regional Sul fluminense
- 10 -Qualidade de oferta de serviços
- 11 -Controle de poluição
- 12 -Núcleos de qualidade e potencialidade
- 13 -Imagem atrativa (pela infra estrutura)
- 14 -Infra estrutura
- 15 -Urbanização
- 16 -Vocação varejista muito forte

PONTOS NEGATIVOS:

- 1 -Vazios urbanos/sustentabilidade
- 2 -Sustentabilidade
- 3 -Falta de respeito nas relações institucionais
- 4 -Economia estagnada
- 5 -Poluição
- 6 -Adensamento /expansão
- 7 -Rio paraíba
- 8 -Falta de atrativo para explorar a imagem da CSN
- 9 -Falta de visão quanto ao papel da CSN no cenário de desenvolvimento da cidade
- 10 -Falta de política de desenvolvimento
- 11 -Meio ambiente
- 12 -Diretrizes para ocupação (mobilidade / ocupação irregular)
- 13 -Imagem da cidade como instrumento de atração
- 14 -Falta de incentivo ao pequeno empregador

Temas prioritários:

- 1.Imagem da cidade
- 2.Função e papel econômico
- 3.Expansão/adensamento
- 4.Mobilidade
- 5.Questões ambientais
- 6.Sustentabilidade

Nº de participantes: 56 pessoas





DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

7ª Plenária - Agenda 21

Auditório Ed. Plaza - 04.07.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:



PONTOS POSITIVOS:

- 1 -Oferece bons serviços/bancos, escolas etc...
- 2 -Projeção economica
- 3 -Proximidade de atrações turísticas
- 4 -Industrialização
- 5 -Referencia cultural mercado popular
- 6 -Urbanização
- 7 -Serviços urbanos/limpeza
- 8 -Embelezamento
- 9 -Patrimônio cultural
- 10 -Áreas de lazer
- 11 -Áreas verdes patrimônio ambiental Cicuta/Ingá
- 12 -Preservação da Vila Stª Cecília (características arte ambiente)
- 13 -Organização da cidade
- 14 -População politizada/interessada
- 15 -Pequeno território



PONTOS NEGATIVOS:

- 1 -Poluição dos rios
- 2 -Esgotamento sanitário domiciliar sem tratamento
- 3 -Ausência de áreas verdes
- 4 -Poluição sem controle
- 5 -Arborização não planejada
- 6 -Escassez de emprego
- 7 -Transporte e trânsito - mobilidade
- 8 -Acessibilidade
- 9 -Ocupação das margens do rio

Temas prioritários:

- 1.Imagem da cidade
- 2.Função e papel econômico
- 3.Expansão/adensamento
- 4.Mobilidade
- 5.Questões ambientais
- 6.Sustentabilidade

Nº de participantes : 21 pessoas



DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

8ª Plenária - Mov. Sociais

Auditório Estádio Municipal - 08.07.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS:

Infraestrutura

- 1 -Áreas de lazer
- 2 -Urbanização áreas de posse
- 3 -Sinalização
- 4 -Urbanização da cidade
- 5 -limpeza
- 6 -Identificação de ruas
- 7 -calçadas
- 8 -ciclovias
- 9 -Coleta de lixo

Políticas Sociais/Relacionamento comunitário

- 10 -3ª idade
- 11 -Orçamento participativo
- 12 -Esporte
- 13 -Saúde
- 14 -Atendimento aos portadores de deficiência
- 15 -Prefeito perto da gente

Pontos/referencias

- 16 -Estádio
- 17 -CSN
- 18 -Indústrias
- 19 -Faculdade gratuita

Saneamento e meio ambiente

- 20 -Conservação de áreas ambientais
- 21 -Saneamento

PONTOS NEGATIVOS:

Circulação/transporte/mobilidade

- 1 -Falta de ônibus/menor tarifa
- 2 -acessibilidade
- 3 -Estacionamento
- 4 -Alternativa de transporte
- 5 -Rodoviária (local inadequado)

Uso das terras

- 6 -Ociosas
- 7 -P/desenvolvimento, emprego
- 8 -P/expansão da cidade
- 9 -P/habitação
- 10 -Ocupação irregular
- 11 -Desenv. Territorial/econômico

Meio ambiente/saneamento

- 12 -Poluição do ar/CSN
- 13 -Poluição margens dos rios
- 14 -Poluição dos rios
- 15 -Falta de tratamento do esgoto
- 16 -Poluição sonora
- 17 -Áreas da cicuta para a população
- 18 -Descaso com afluentes
- 19 -Cemitério
- 20 -Meio ambiente, aterro sanitário, lixo lançado nas águas e margens

Outras demandas

- 21 -Creches
- 22 -Incentivo aos artesãos
- 23 -Melhorar relação c/CSN
- 24 -Saúde



Temas prioritários:

1. Imagem da cidade
2. Função e papel econômico
3. Expansão/adensamento
4. Mobilidade
5. Questões ambientais
6. Sustentabilidade

Nº de participantes : 59 pessoas



DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

9ª Plenária - Movimento da Juventude

Auditório Ed. Plaza - 11.07.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS:

- 1 -Infraestrutura Urbana 32%
- 2 -Pavimentação 8
- 3 -Urbanismo - 8
- 4 -Áreas verdes, devolver 28%
- 5 -Histórico, urbanístico e cultural (interesse a preservação) - 7
- 6 -Saneamento básico - 2
- 7 -Educação - 2
- 8 -Promoção do bem estar e de participação cidadã - 2
- 9 -Esporte e lazer - 3
- 10 -Transporte - 3

PONTOS NEGATIVOS:

- 1 -Transporte transito - 36%
- 2 -Meio ambiente/poluição 32%
- 3 -Função social áreas fechadas ao público 2
- 4 -Desemprego - 2
- 5 -Saúde
- 6 -Habitação
- 7 -Cultura
- 8 -Educação

Temas prioritários:

1. Imagem da cidade
2. Função e papel econômico
3. Expansão/adensamento
4. Mobilidade
5. Questões ambientais
6. Sustentabilidade

Nº de participantes : 43 pessoas





FÓRUM DE DIAGNÓSTICO Ass. dos Aposentados de VR - 18.07.06



Apresentação do SAAE sobre o abastecimento de Água e Esgoto.



Apresentação da SUSER sobre o Plano de Transportes em estudo.



Presença do urbanista Jorge Wilhelm



Nº de participantes : 155 pessoas

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO VR

Calendário das Plenárias - proposições

1ª Plenária - IPPU-VR , SMP , EPD , Comitê Técnico e Comitê de Mobilização

20 de julho Auditório do SESI - 14:00 hs.

2ª Plenária - Secretarias Municipais, Autarquias, Empresas de Economia Mista e Fundações

25 de julho Auditório do Estádio Raulino de Oliveira - 14:00 hs.

3ª Plenária - Entidades Acadêmicas, Conselho de Classe e ONG.

27 de julho - FERP Fundação Educacional Rosemar Pimentel 18:00 hs.

4ª Plenária - Entidades do Movimento Sindical

01 de agosto Sindicato dos Professores 18:00 hs

5ª Plenárias com as Entidades dos Movimentos Populares(Movimentos Sociais)

05 de agosto Auditório do Estádio Raulino de Oliveira 8:00 às 14:00hs

6ª Plenária - Agenda 21

08 de agosto - Auditório do Edifício Plaza 18:00 hs.

7ª Plenária - Entidades Empresariais

10 de agosto CDL Câmara de Dirigentes Lojistas) 18:00 hs.

8ª Plenária - Entidades dos Movimentos Populares(Associação de Moradores e Posseiros).

12 de agosto - Auditório do Estádio Raulino de Oliveira 8:00 às 14:00 hs.

9ª Plenária Mov. Da Juventude

15 de agosto Auditório do SESI 18:00 hs.

Fórum de Pactuação das Propostas

22 de Agosto Clube dos Funcionários 18:00hs.

Conferência das Cidades

02 de Setembro Auditório da FOA (Três Poços)

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança,
Todo mundo é feito de mudança, tomando sempre novas qualidades. (Lúcio Costa)



PROPOSIÇÕES

1ª Plenária - IPPU/VR, SMP, EPD , Comitê Técnico e Comitê de Mobilização
Auditório do SESI - 20.07.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas

Nº de participantes : 34 pessoas



PROPOSIÇÕES

2ª Plenária - Secretarias Municipais, Autar.
Empresas de Economia Mista e Fundações
Auditório do Estádio Municipal - 25.07.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.



Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas



Nº de participantes : 29 pessoas



PROPOSIÇÕES

3ª Plenária - Acadêmicos, Cons. de Classe e ONGs

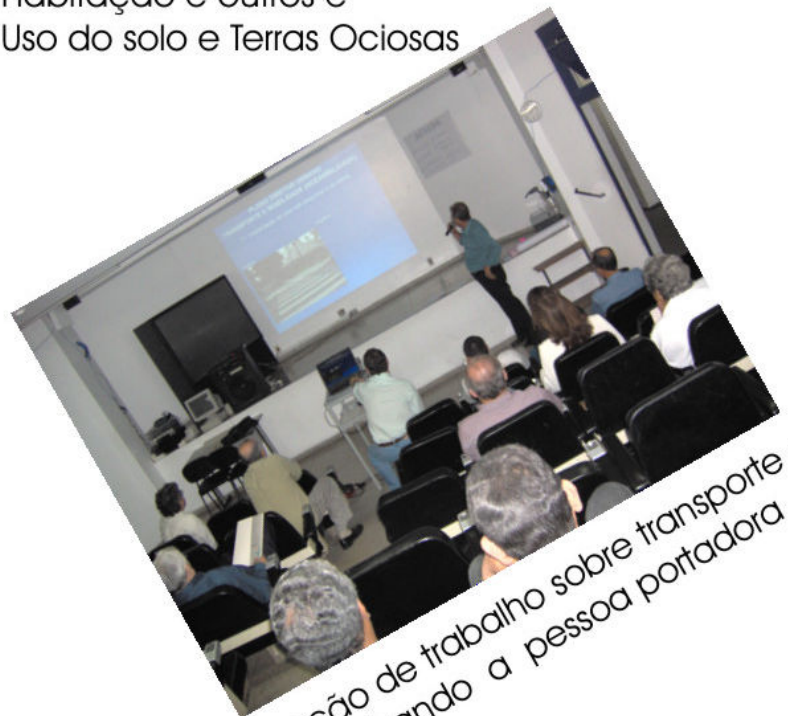
Auditório da FERP - 27.07.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas



Apresentação de trabalho sobre transporte e mobilidade visando a pessoa portadora de deficiência.

Nº de participantes 33 pessoas:



PROPOSIÇÕES

4ª Plenária - Movimento Sindical
Sindicato dos Professores - 1º.08.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.



Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas



Nº de participantes : 17 pessoas



PROPOSIÇÕES

5ª Plenária - Movimentos Populares
Auditório Estádio Municipal - 05.08.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas



Nº de participantes : 64 pessoas



PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO
VR

2006

PROPOSIÇÕES

6ª Plenária - Agenda 21

Auditório do Ed. Plaza - 08.08.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.



Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas



Apresentação sobre o tema saneamento ambiental



Nº de participantes : 20 pessoas



PROPOSIÇÕES

7ª Plenária - Entidades Empresariais

CDL - Câmara dos Diretores Lojistas - 10.08.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.



Temas prioritários:



- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas



Apresentação do Plano de Ordenamento Territorial da CSN - 2001

Fazenda Stª Cecília e Fazendinha: áreas de Expansão Urbana e Preservação Ambiental.

-Aero Clube : Area de Especial Interesse Urbanístico- Imóveis Pontuais.



Apresentação da proposta do CDL de Preservação de Espaços Urbanos com ocupação sustentada



Projeto expansão Aero Clube

Nº de participantes : 46 pessoas



PROPOSIÇÕES

8ª Plenária - Mov. Populares

Auditório Estádio Municipal - 12.08.06

Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas



Apresentação do Grupo de teatro encenando a peça sobre o Plano Diretor Participativo



Nº de participantes : 73 pessoas





PROPOSIÇÕES

9ª Plenária - Movimento da Juventude
Auditório SESI- 15.08.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas



Nº de participantes : 18 pessoas



FÓRUM DE PACTUAÇÃO DAS PROPOSTAS

Clube dos Funcionários CSN - 22.08.06

Recepção e apresentação da dinâmica.



Divisão em grupos



Nº de participantes : 202 pessoas



Divisão por temas para consenso das propostas

Grupos heterogêneos





FÓRUM DE PACTUAÇÃO DAS PROPOSTAS

Clube dos Funcionários CSN - 22.08.06



Leitura das propostas pactuadas, pelos relatores





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE V. REDONDA

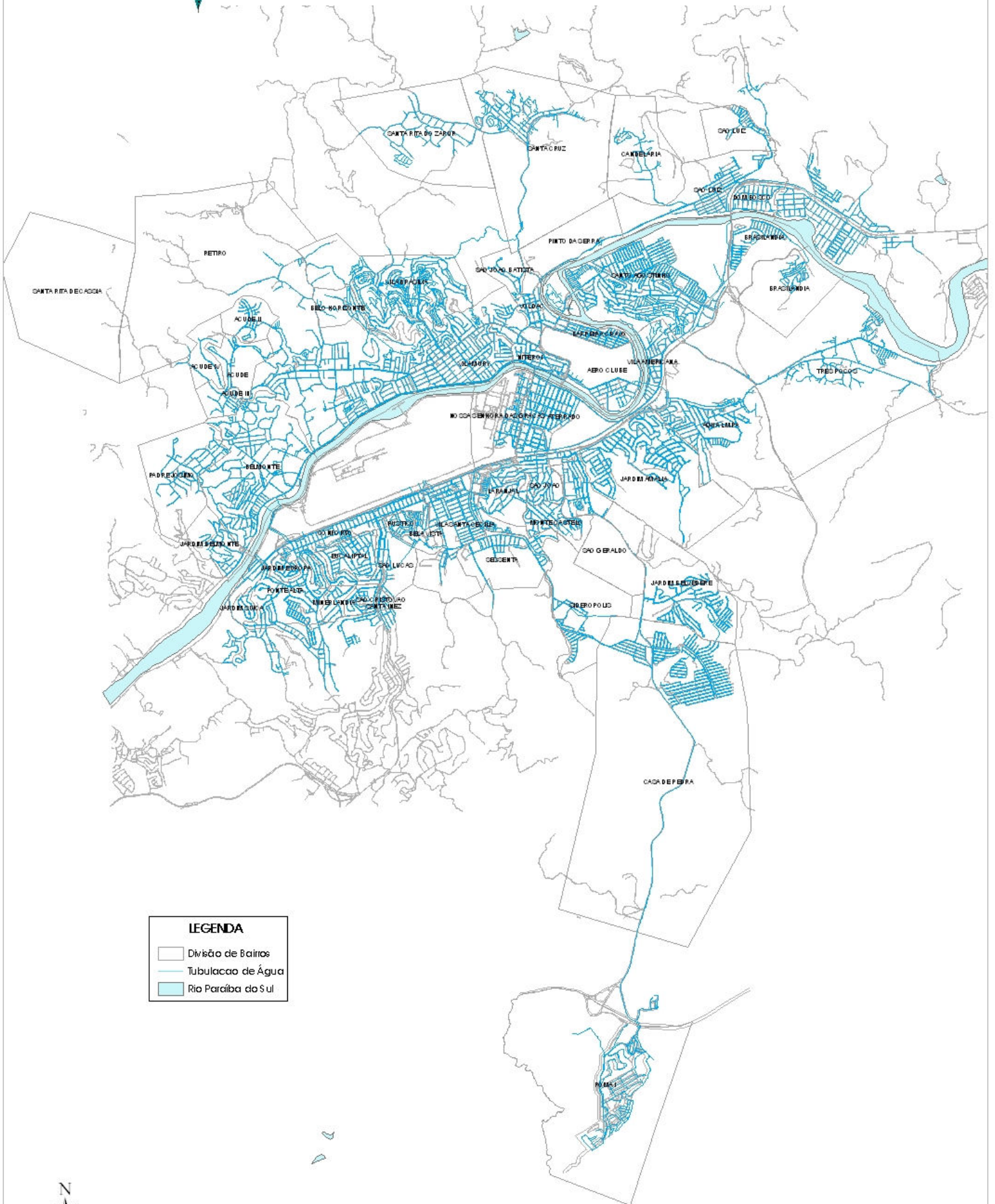
Mapas temáticos



PRIMO DIRETOR
MUNICIPAL
VR

2006

Rede de Água



LEGENDA

- Divisão de Bairros
- Tubulação de Água
- ▭ Rio Paraiíba do Sul

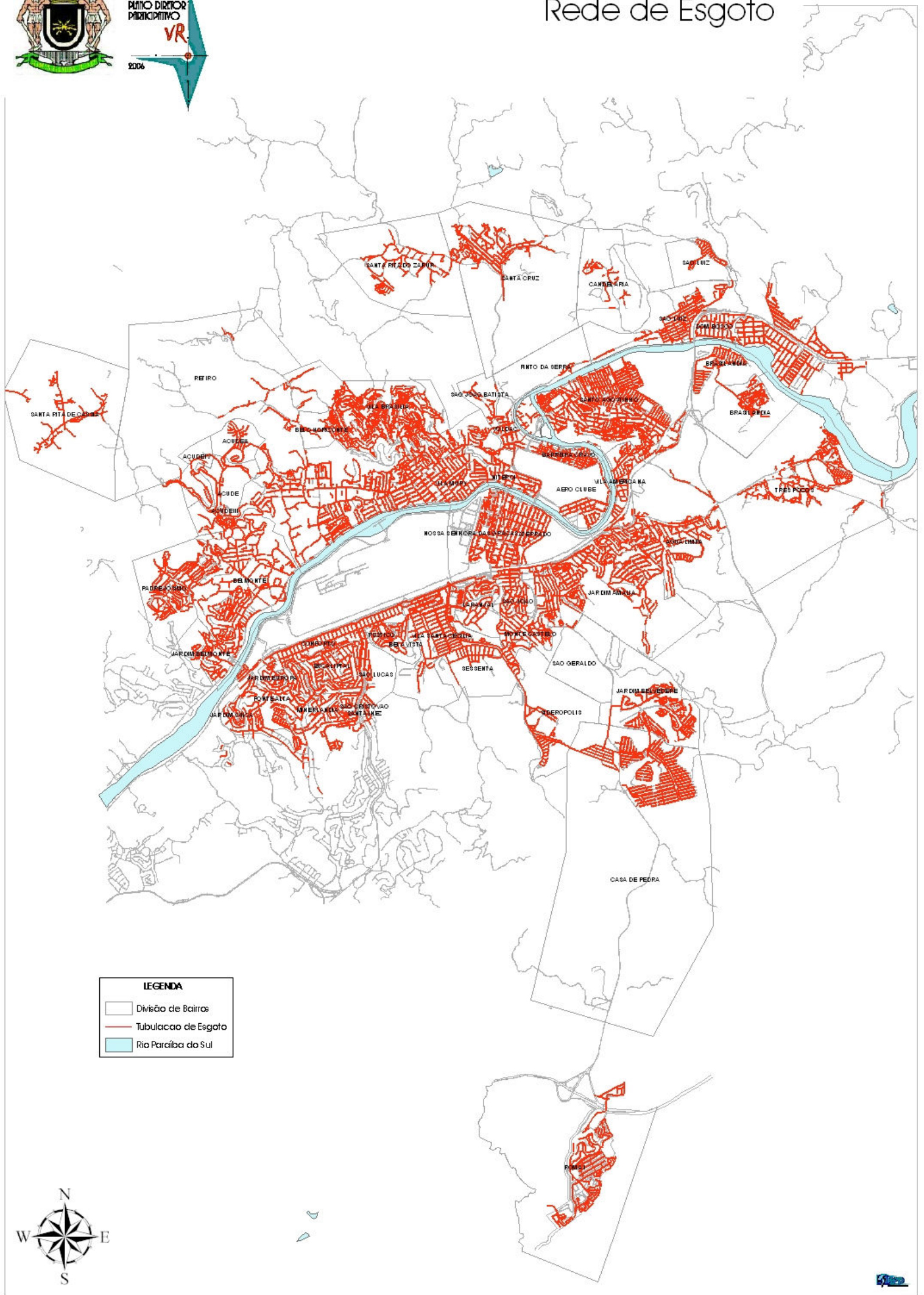


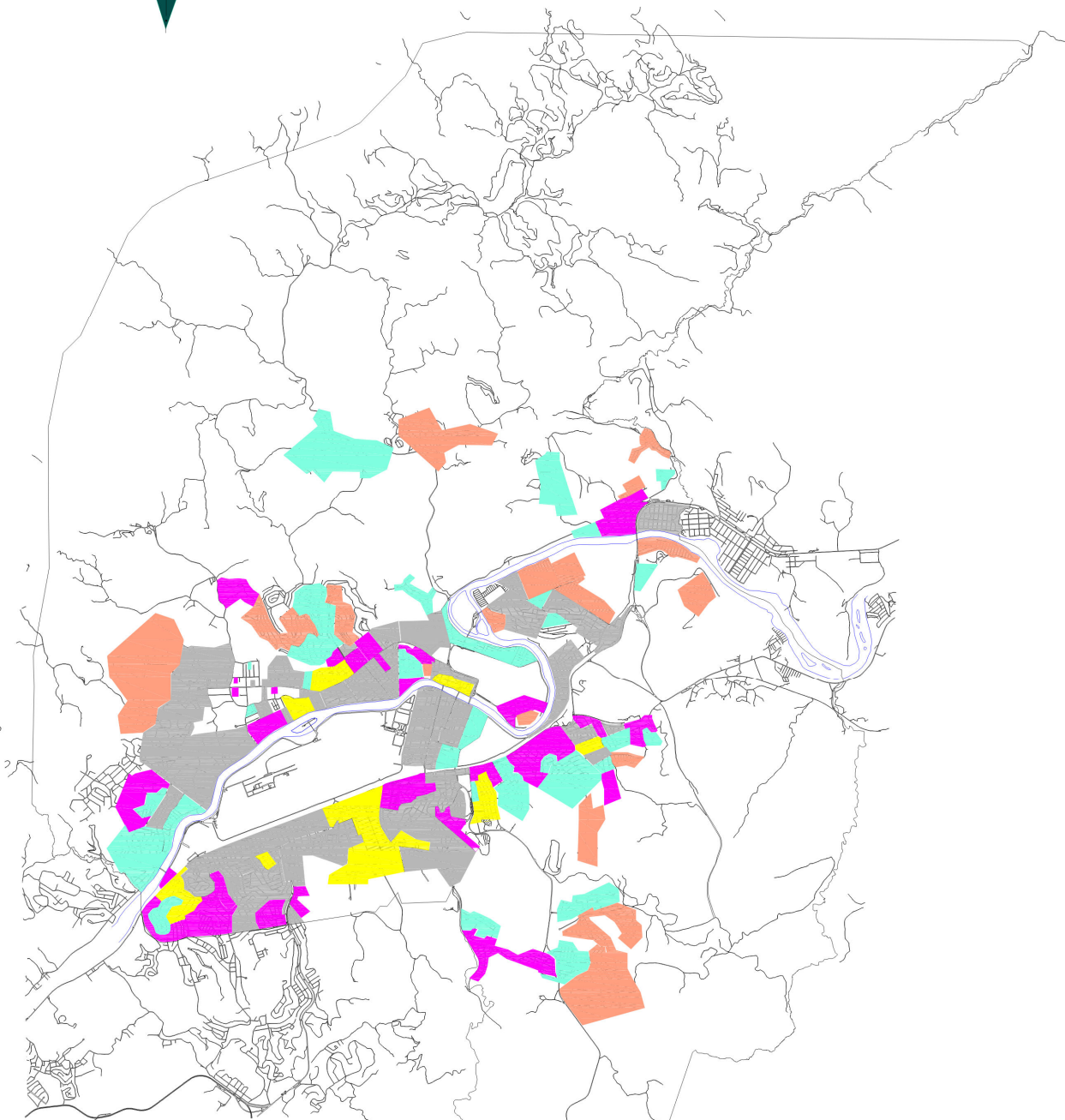
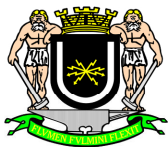


PLANO DIRETOR
MUNICIPAL
VR





2006

Rede de Esgoto

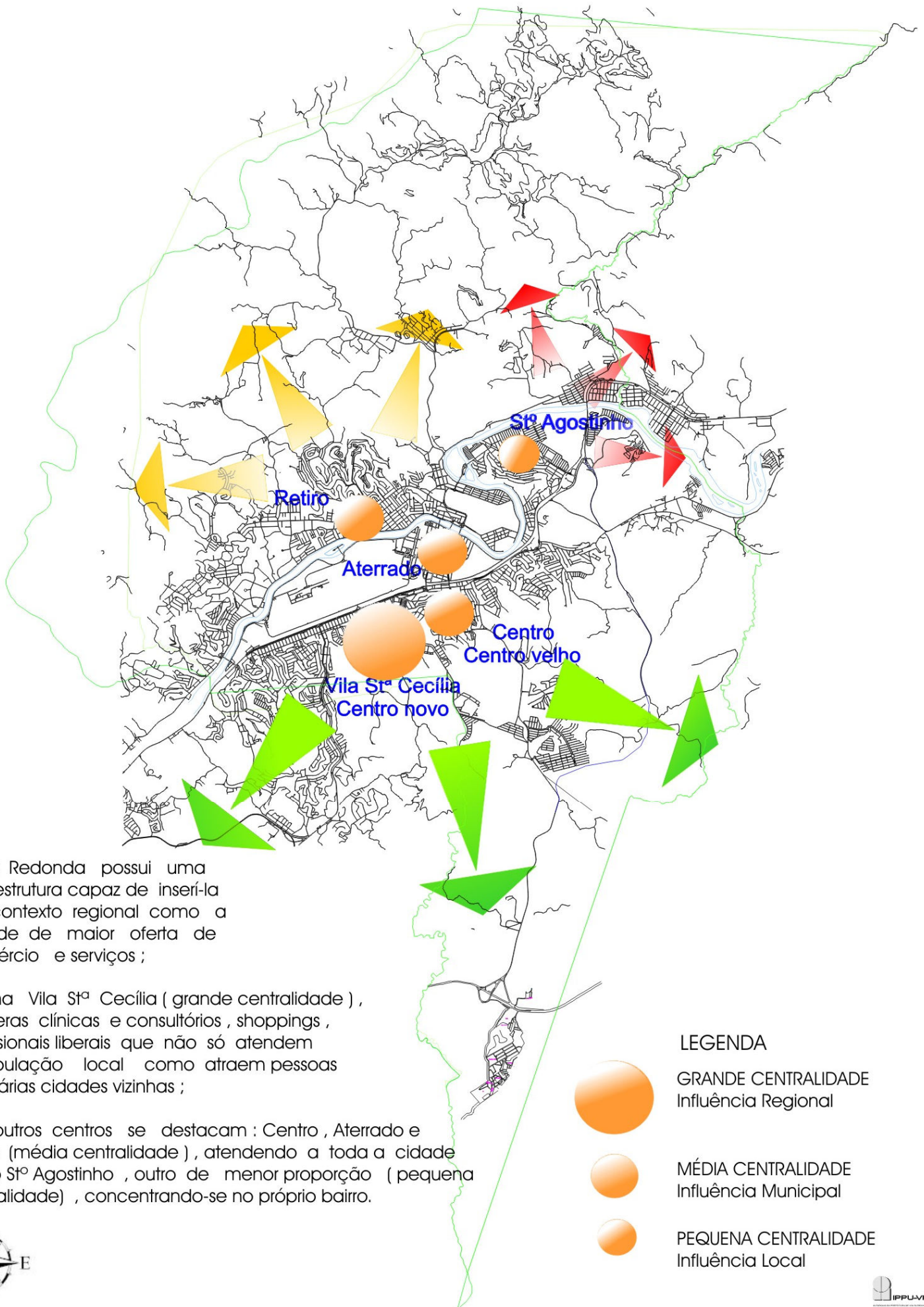




LEGENDA

-  1940 - 1950 (2,15Km² ou 215,40ha)
-  1951 - 1960 (10,24Km² ou 1023,78ha)
-  1961 - 1970 (4,40Km² ou 439,74ha)
-  1971 - 1980 (6,15Km² ou 615,02ha)
-  1981 em diante (8,14Km² ou 814,34ha)

Total Loteado: (31,08Km² ou 3108,28ha
Aproximadamente).



Volta Redonda possui uma infraestrutura capaz de inseri-la no contexto regional como a cidade de maior oferta de comércio e serviços ;

Há , na Vila Sª Cecília (grande centralidade) , inúmeras clínicas e consultórios , shoppings , profissionais liberais que não só atendem a população local como atraem pessoas das várias cidades vizinhas ;

Três outros centros se destacam : Centro , Aterrado e Retiro (média centralidade) , atendendo a toda a cidade e , no Sª Agostinho , outro de menor proporção (pequena centralidade) , concentrando-se no próprio bairro.

LEGENDA



GRANDE CENTRALIDADE
Influência Regional



MÉDIA CENTRALIDADE
Influência Municipal



PEQUENA CENTRALIDADE
Influência Local

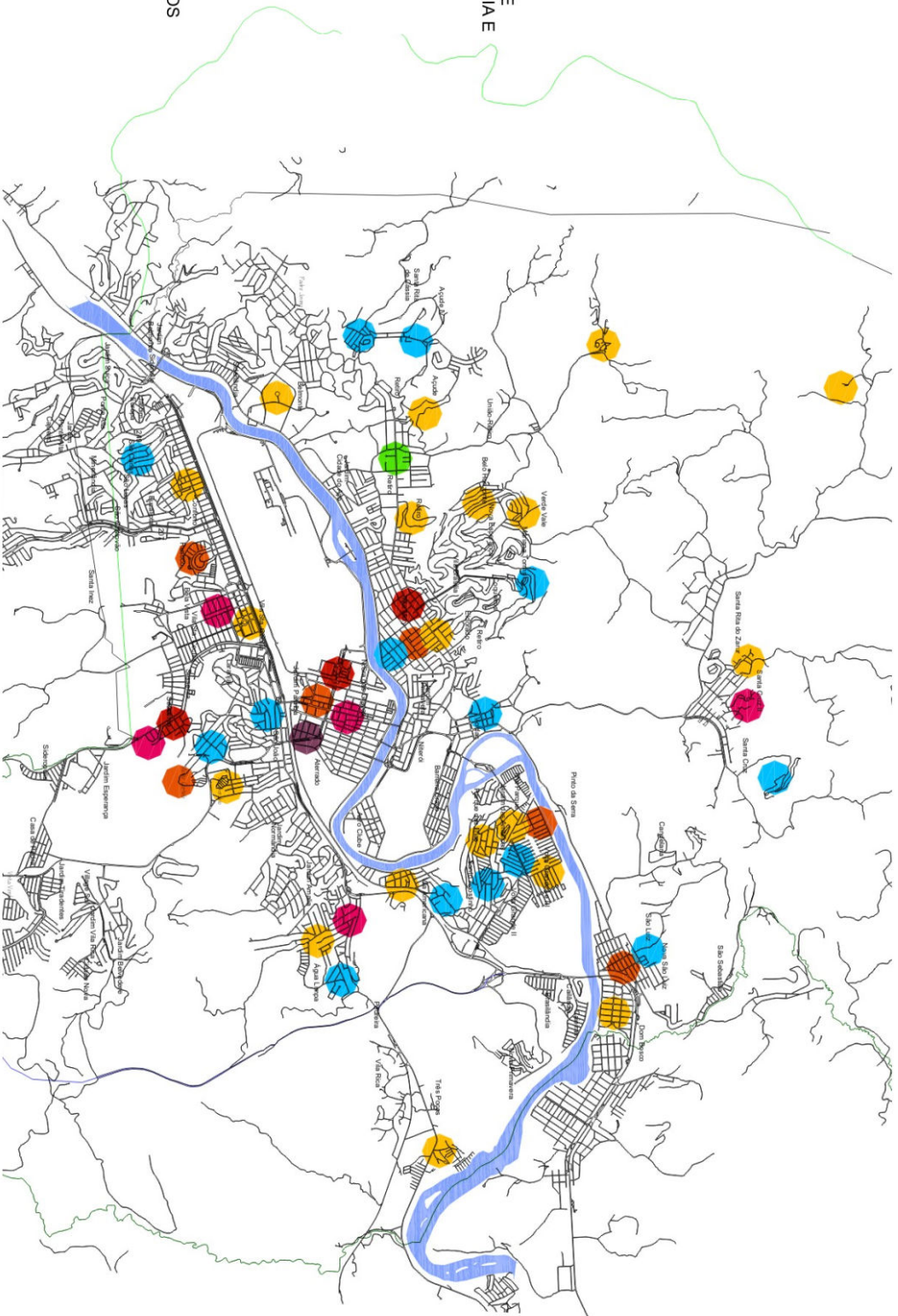




Equipamentos Sociais

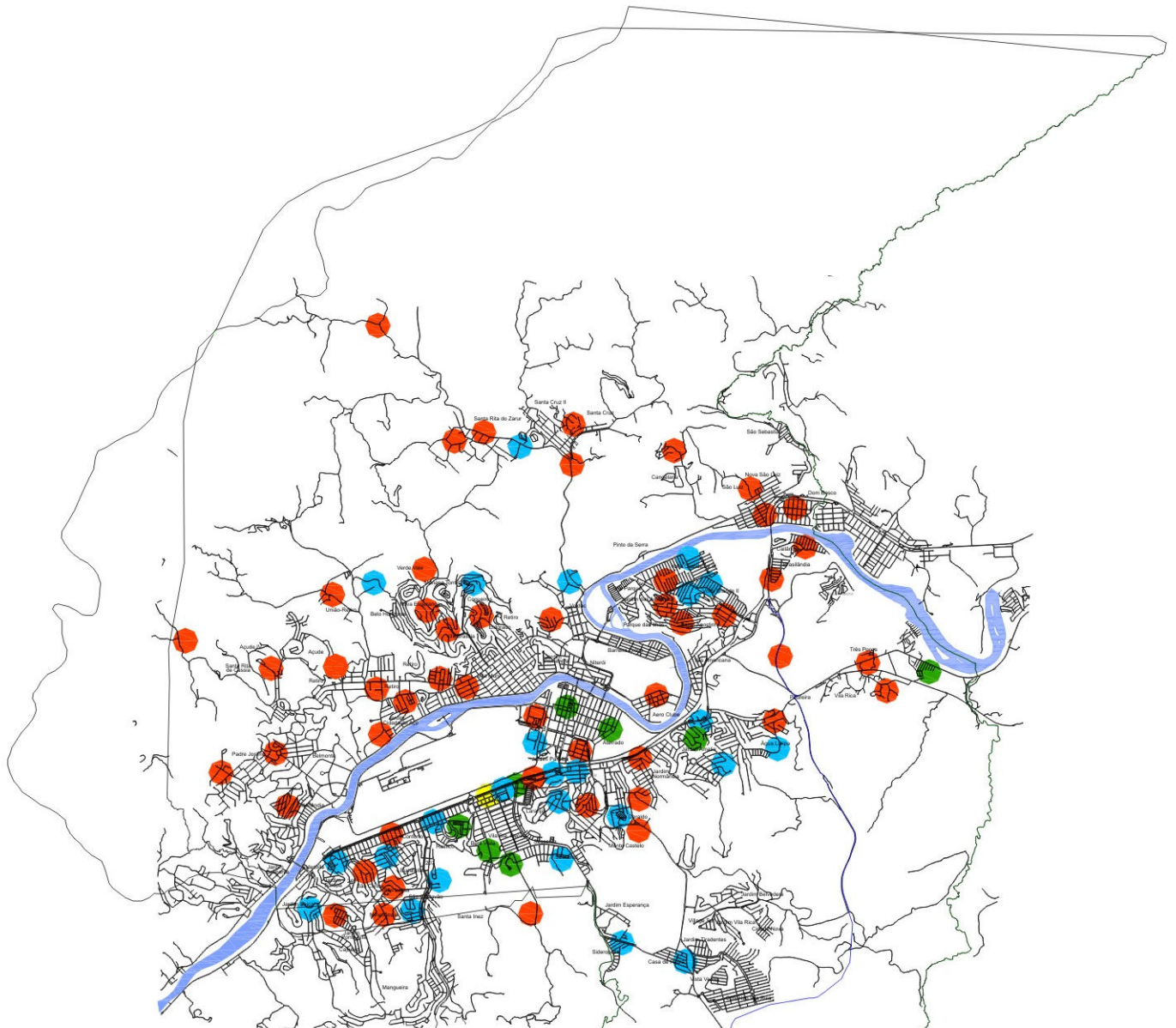
LEGENDA:

- CENTRO DE AÇÃO COMUNITARIA
- EQUIP. DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA A INFANCIA E ADOLESCENCIA
- EQUIP. DE ATENÇÃO A TERCEIRA IDADE
- UNIDADE ESCOLAR PARA DEFICIENTE
- CASA DA MULHER
- EQUIPAMENTO DE ASSISTENCIA
- OUTROS EQUIPAMENTOS





Equipamentos de Educação



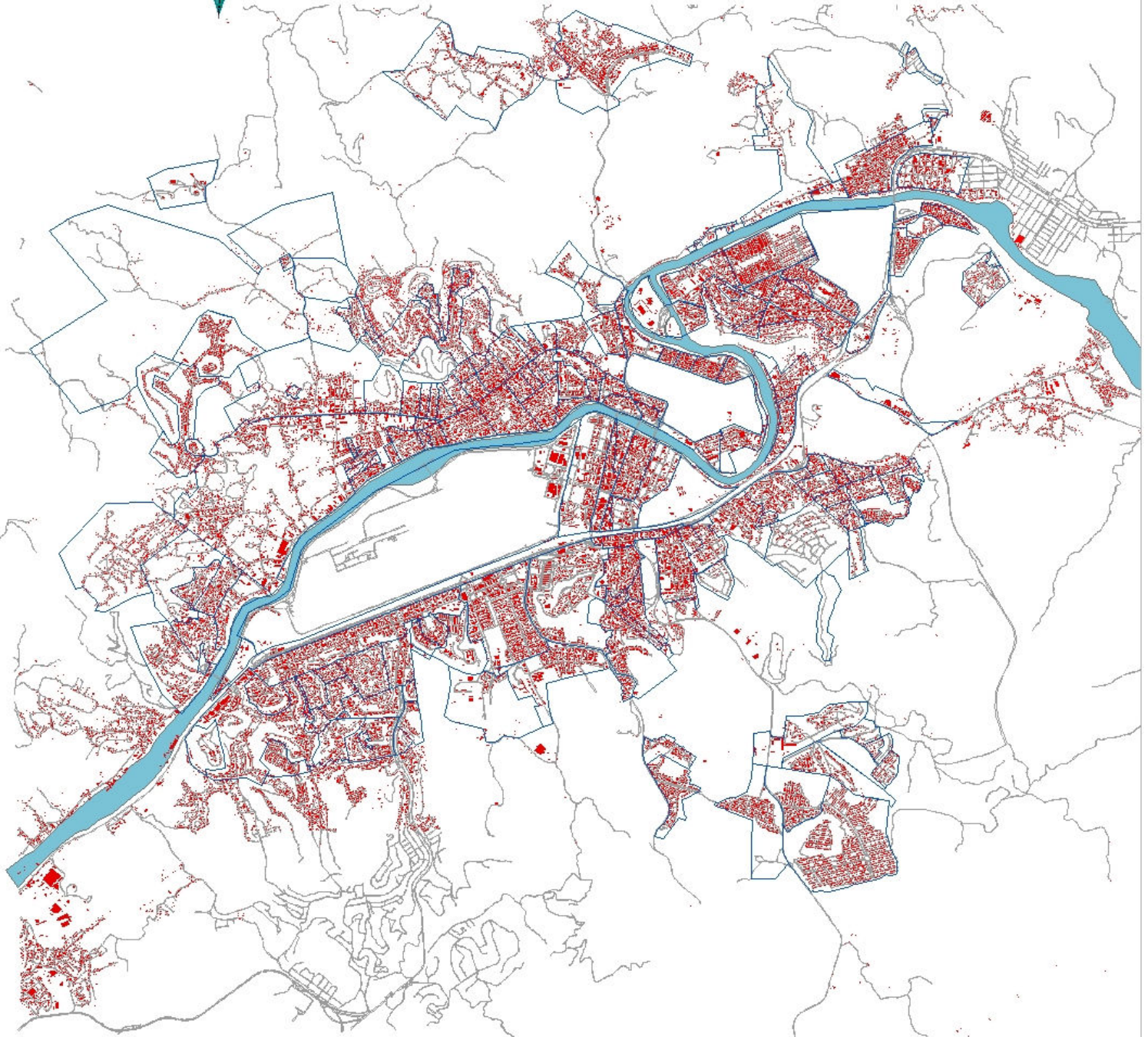
LEGENDA:

- Rede Municipal (Pré-escolar 1º e 2º graus)
- Rede Particular
- Rede Federal
- Rede Estadual (Pré-escolar 1º e 2º graus)





Estrutura Fundiária



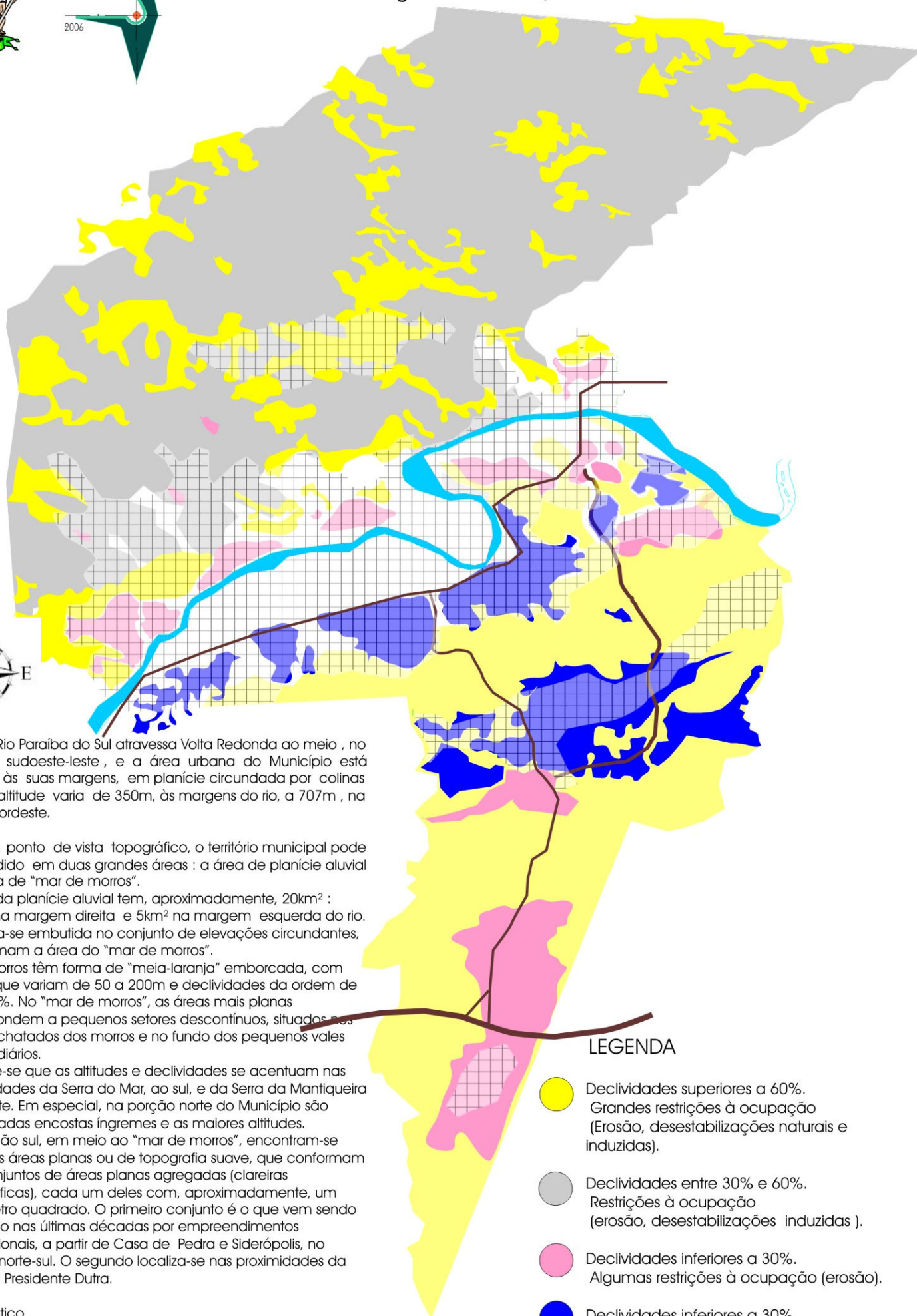
LEGENDA

	Loteamentos
	Divisão de lotes
	Edificação área de posse
	Edificação
	Rio Parati do Sul





Limitações à Expansão Urbana



O Rio Paraíba do Sul atravessa Volta Redonda ao meio, no sentido sudoeste-leste, e a área urbana do Município está situada às suas margens, em planície circundada por colinas. A altitude varia de 350m, às margens do rio, a 707m, na ponta nordeste.

Do ponto de vista topográfico, o território municipal pode ser dividido em duas grandes áreas: a área de planície aluvial e a área de "mar de morros".

A área da planície aluvial tem, aproximadamente, 20km²: 15km² na margem direita e 5km² na margem esquerda do rio. Encontra-se embutida no conjunto de elevações circundantes, que formam a área do "mar de morros".

Esses morros têm forma de "meia-laranja" emborcada, com alturas que variam de 50 a 200m e declividades da ordem de 25 a 50%. No "mar de morros", as áreas mais planas correspondem a pequenos setores descontínuos, situados nos topos achatados dos morros e no fundo dos pequenos vales intermediários.

Observe-se que as altitudes e declividades se acentuam nas proximidades da Serra do Mar, ao sul, e da Serra da Mantiqueira, ao norte. Em especial, na porção norte do Município são encontradas encostas íngremes e as maiores altitudes.

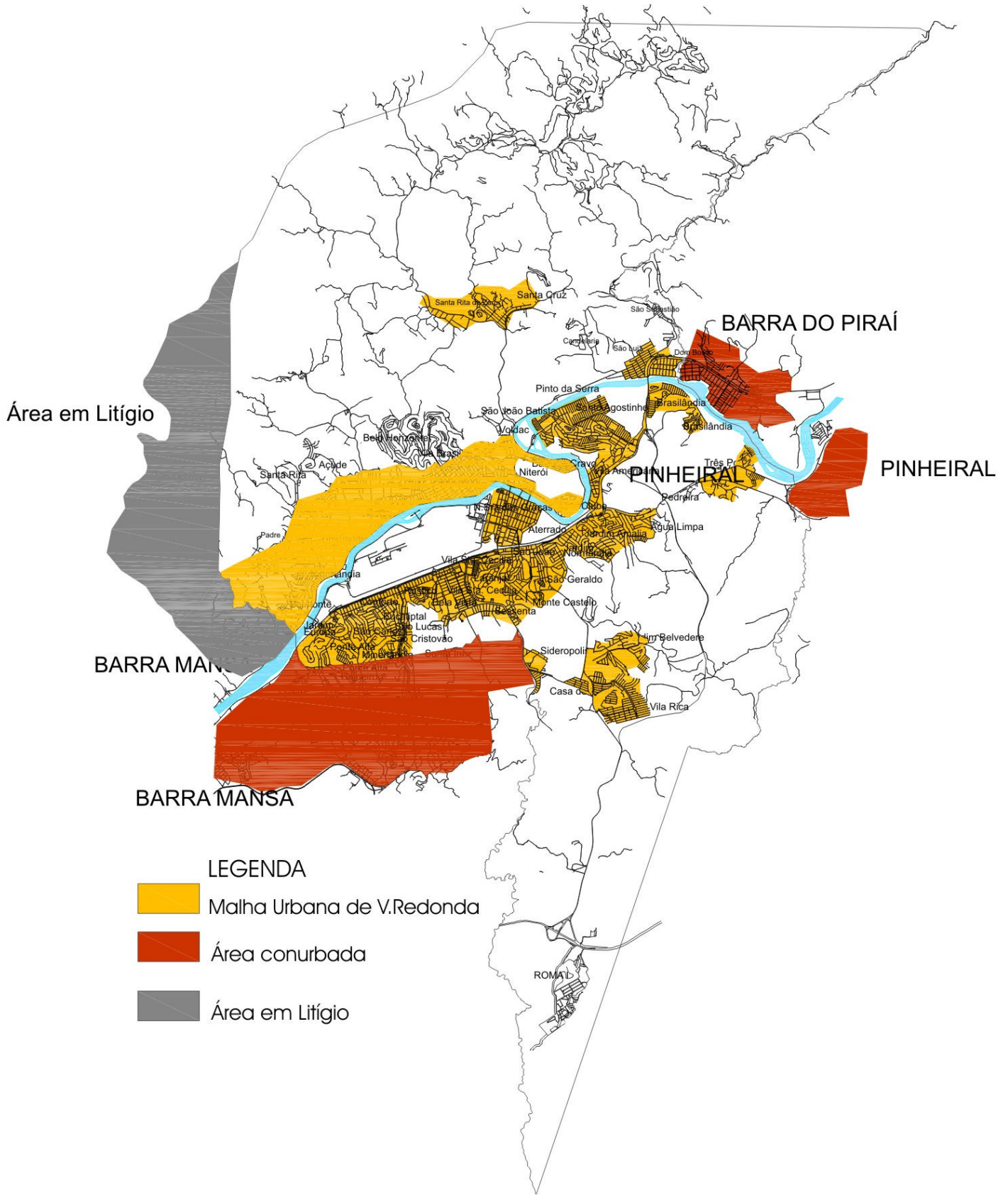
Na porção sul, em meio ao "mar de morros", encontram-se algumas áreas planas ou de topografia suave, que conformam dois conjuntos de áreas planas agregadas (clareiras topográficas), cada um deles com, aproximadamente, um quilômetro quadrado. O primeiro conjunto é o que vem sendo ocupado nas últimas décadas por empreendimentos habitacionais, a partir de Casa de Pedra e Siderópolis, no sentido norte-sul. O segundo localiza-se nas proximidades da Rodovia Presidente Dutra.

Diagnóstico

Observa-se facilmente que a maior parte do território do município é composto por áreas cujo relevo as torna impróprias para a expansão urbana. As áreas com relevo adequado à urbanização se encontram, em quase sua totalidade, já ocupadas.

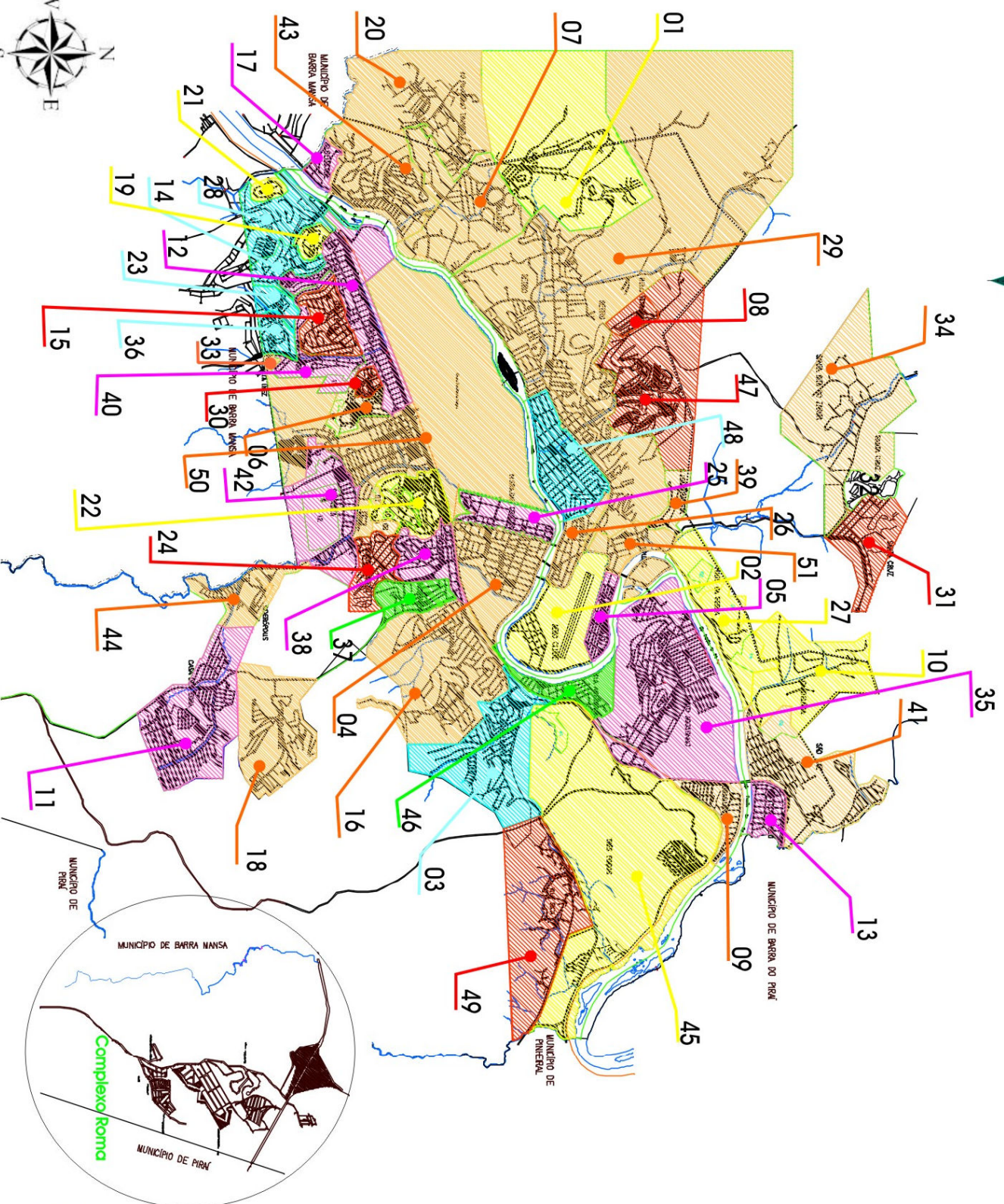
LEGENDA

- Declividades superiores a 60%. Grandes restrições à ocupação (Erosão, desestabilizações naturais e induzidas).
- Declividades entre 30% e 60%. Restrições à ocupação (erosão, desestabilizações induzidas).
- Declividades inferiores a 30%. Algumas restrições à ocupação (erosão).
- Declividades inferiores a 30%. Sem restrições à ocupação.
- Várzeas. Algumas restrições à ocupação (drenagem).





Densidade Demográfica

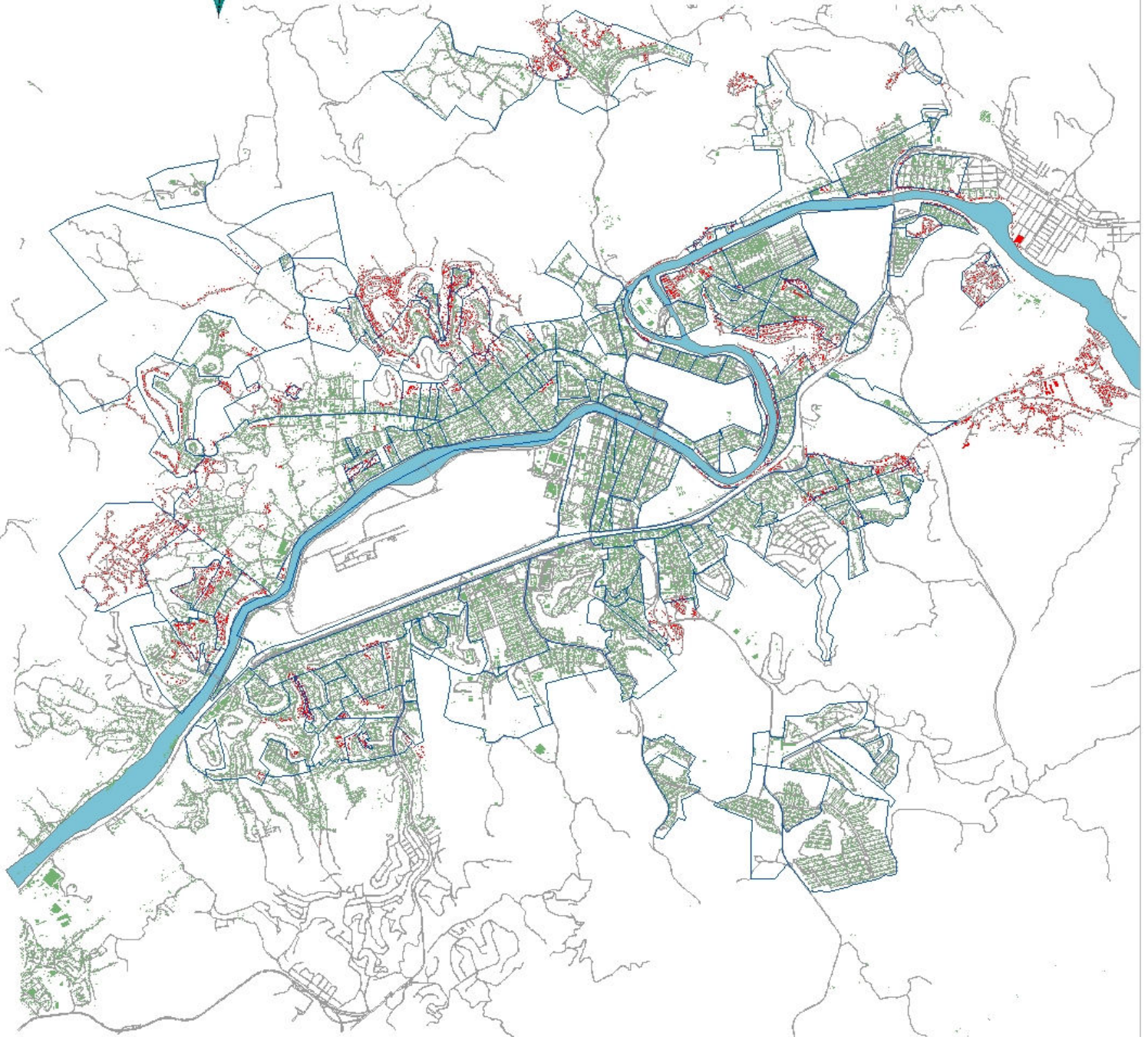


Bairro	Documento de Regularização da Nomenclatura do Bairro	População (habitantes)	Área (ha)	Habitantes/ha
1 Açude	Decreto nº 1088/1979	8172,00	104,12	0,78
2 Aero Clube	Decreto nº 1088/1979	1424,00	116,82	12,19
3 Agua Limpas	Decreto nº 1088/1979	9407,00	95,64	98,36
4 Aterrado	Decreto nº 1088/1979	4891,00	112,93	43,31
5 Barreria Cravo	Decreto nº 1088/1979	2018,00	28,20	71,56
6 Bela Vista	Decreto nº 1088/1979	822,00	19,28	42,63
7 Belmonite	Lei Municipal nº 2698/91	5948,00	170,27	34,93
8 Belo Horizonte	Decreto nº 1712/84	2798,00	20,11	139,13
9 Brasília/ndia	Decreto nº 1088/1979	3278,00	70,63	46,41
10 Candelaria	Decreto nº 1088/1979	1341,00	54,39	24,66
11 Casa de Pedra	Decreto nº 1088/1979	3436,00	43,86	78,34
12 Conforto	Decreto nº 1088/1979	7030,00	88,29	79,62
13 Dom Bosco	Decreto nº 1088/1979	2175,00	32,54	66,84
14 "Duzentos e Quarenta e Nove"	Lei Municipal nº 3810/03	-	25,83	-
15 Escalipal	Decreto nº 1088/1979	5741,00	45,86	125,19
16 Jardim Anália	Decreto nº 1088/1979	6492,00	152,33	42,62
17 Jardim Belmonte	Lei Municipal nº 2698/91	1362,00	20,96	64,98
18 Jardim Belvedere	Decreto nº 1088/1979	2686,00	65,78	40,83
19 Jardim Europa	Decreto nº 1088/1979	741,00	65,78	11,26
20 Jardim Padre Josino Tavares	Lei Municipal nº 2177/86	4160,00	126,36	32,92
21 Jardim Suíça	Decreto nº 1088/1979	156,00	6,45	24,19
22 Laranjai	Decreto nº 1088/1979	2008,00	75,00	26,77
23 Miterlandia	Decreto nº 1088/1979	1344,00	16,48	81,55
24 Monte Castelo	Decreto nº 1088/1979	3755,00	30,06	124,92
25 Nossa Senhora das Graças	Decreto nº 1088/1979	2325,00	29,01	80,14
26 Niteroi	Decreto nº 1088/1979	1798,00	32,69	55,00
27 Ponto da Serra	Decreto nº 2822/88	609,00	84,46	7,21
28 Ponte Alta	Lei Municipal nº 3810/03	6805,00	83,00	81,99
29 Retiro	Decreto nº 1088/1979	28516,00	805,21	35,41
30 Rufoico	Decreto nº 1088/1979	1239,00	9,16	135,26
31 Santa Cruz	Lei Municipal nº 2125/86	10084,00	80,89	124,66
32 "Santa Cruz II"	Lei Municipal nº 3477/98	-	-	-
33 Santa Inez	Decreto nº 1088/1979	390,00	10,15	38,42
34 Santa Rita do Zaur	Decreto nº 1088/1979	2939,00	92,03	31,94
35 Santo Agostinho	Decreto nº 1088/1979	25533,00	332,91	76,70
36 São Cristóvão	Decreto nº 1088/1979	1879,00	22,55	83,33
37 São Geraldo	Decreto nº 1088/1979	3870,00	36,78	105,22
38 São João	Decreto nº 1088/1979	3213,00	50,99	63,01
39 São João Batista	Decreto nº 1088/1979	654,00	14,43	45,32
40 São Lucas	Decreto nº 1088/1979	2670,00	39,77	67,14
41 São Luiz	Decreto nº 1088/1979	5814,00	117,07	49,66
42 Sessentia	Decreto nº 1088/1979	3393,00	51,00	66,53
43 Siderlandia	Lei Municipal nº 2698/91	8541,00	140,72	60,69
44 Sideropois	Decreto nº 1088/1979	2278,00	37,37	60,96
45 Três Poços	Decreto nº 1088/1979	3438,00	787,14	4,37
46 Vila Americana	Decreto nº 1088/1979	3506,00	32,27	108,65
47 Vila Brasília	Decreto nº 1088/1979	12326,00	95,27	129,38
48 Vila Murj	Decreto nº 1088/1979	8554,00	86,35	99,06
49 Vila Rica	Lei Municipal nº 2102/86	4486,00	28,02	160,10
50 Vila Santa Cecília	Decreto nº 1088/1979	4442,00	100,08	44,38
51 Voldier	Decreto nº 1088/1979	1337,00	36,98	36,15

***Sem especificação
** Duzentos e Quarenta e Nove faz parte do Bairro Ponte Alta
** Santa Cruz II faz parte dos "Sem Especificação"
*** (n) Sem especificação: áreas rurais e de preservação, núcleos de posse, complexo Roma
Fonte: Censo IBGE/2000

LEGENDA

- 0 a 30 hab/ha
- 31 a 60 hab/ha
- 61 a 80 hab/ha
- 81 a 100 hab/ha
- 101 a 120 hab/ha
- Acima de 120 hab/ha



LEGENDA

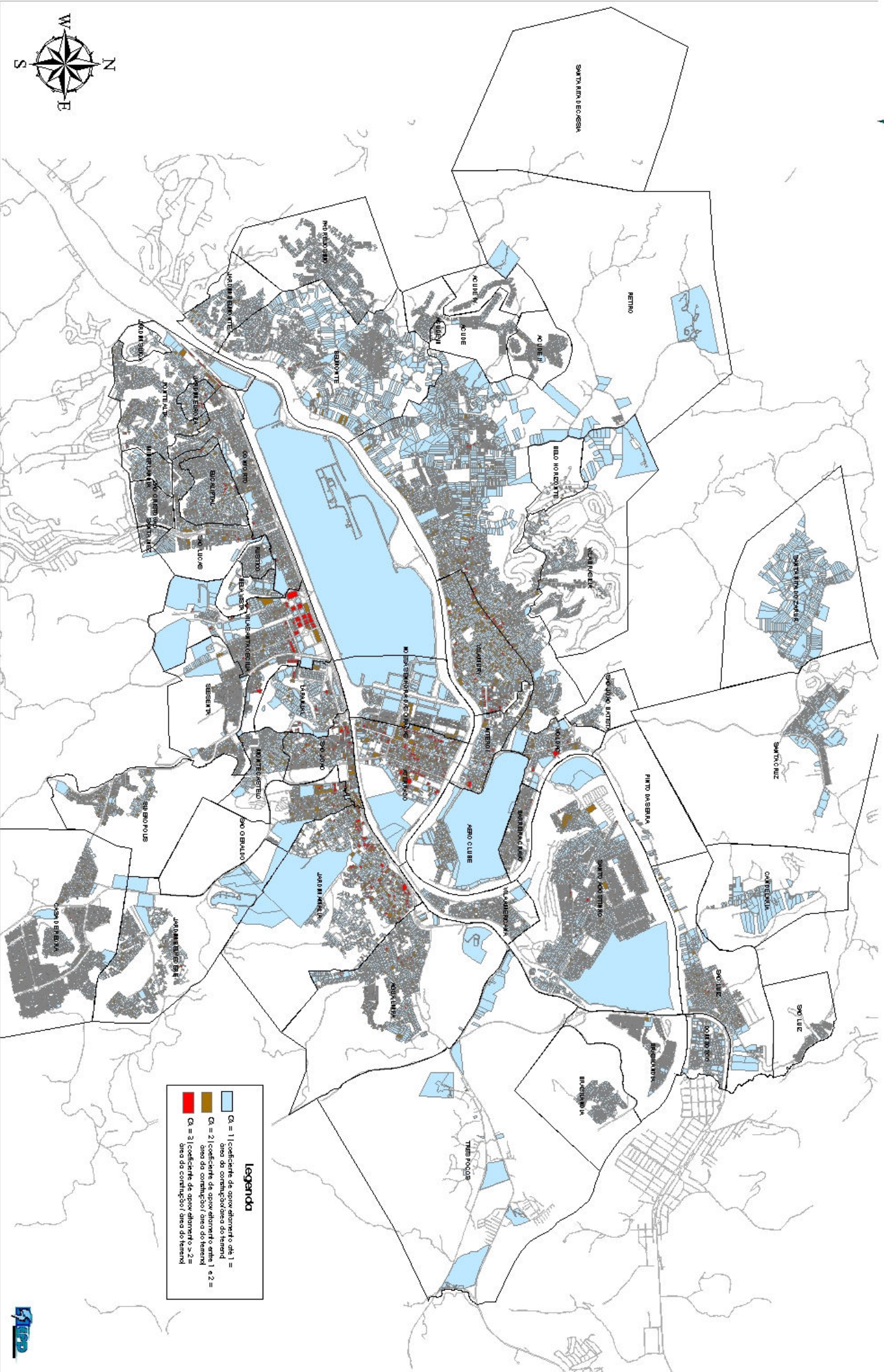
	Loteamentos
	Divisão de lotes
	Edificação área de posse
	Edificação
	Rio Parati do Sul



Planta de verticalização das construções



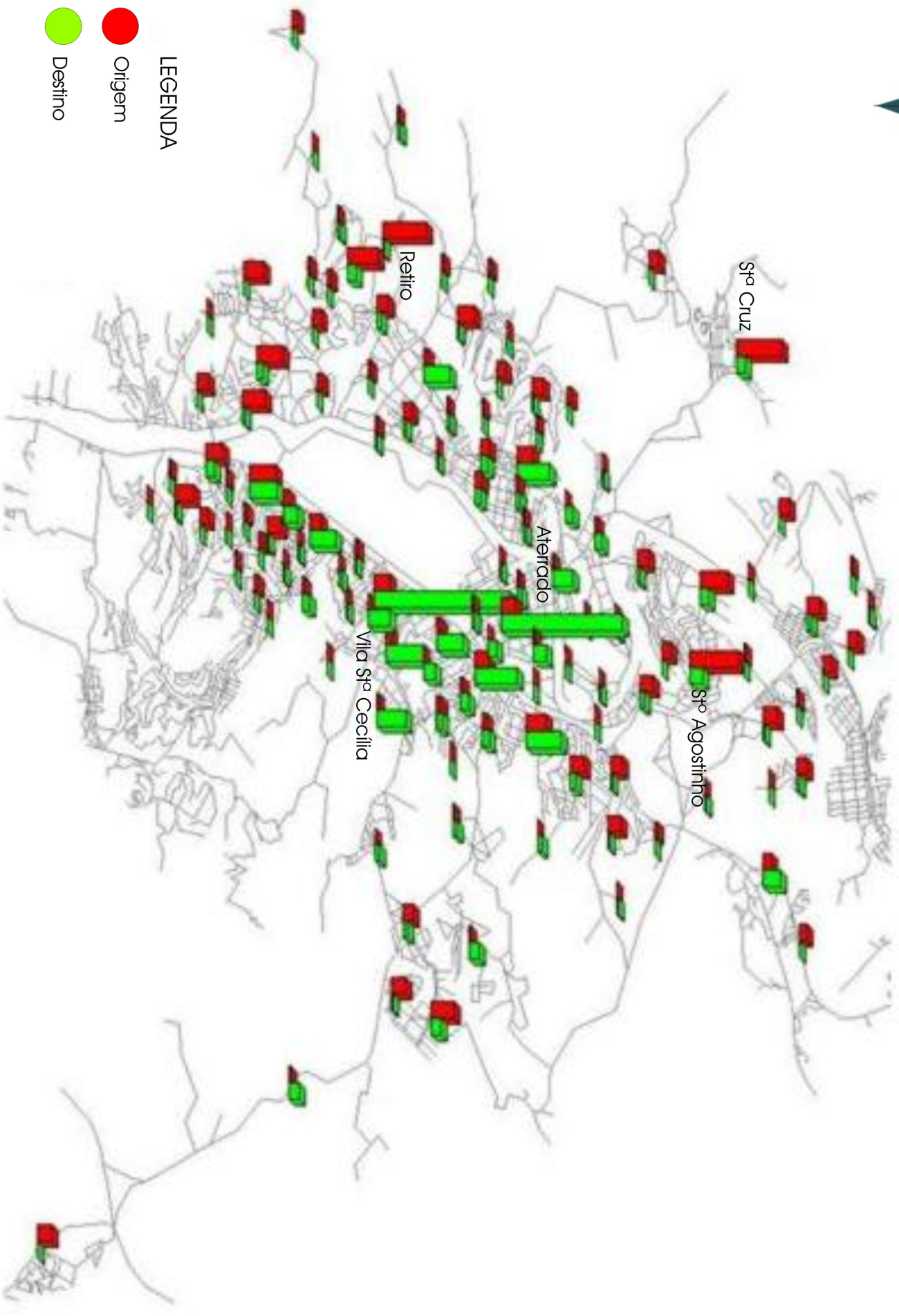
Planta de verticalização das construções



Legenda

■	C _v = 1 (coeficiente de aproveitamento até 1) = área de construção/área do terreno
■	C _v = 2 (coeficiente de aproveitamento entre 1 e 2) = área da construção/ área do terreno
■	C _v = 3 (coeficiente de aproveitamento > 2) = área da construção/ área do terreno





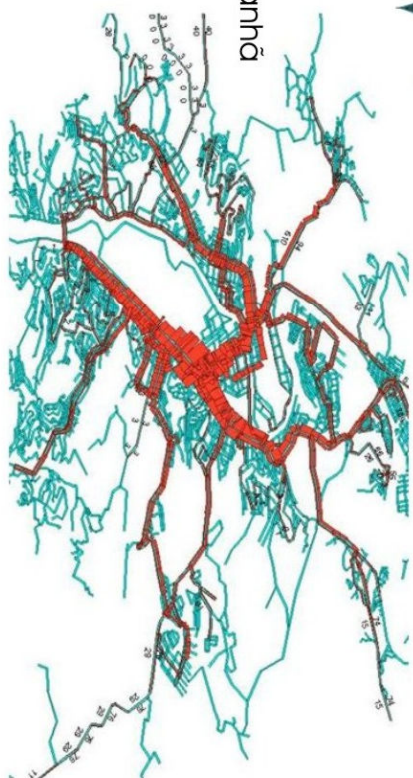
LEGENDA

● Origem

● Destino



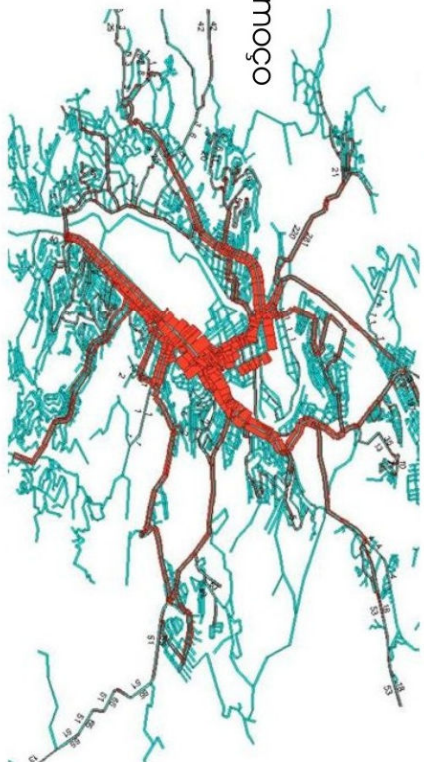
Rede Atual de Carregamento / Período



Pico da Manhã



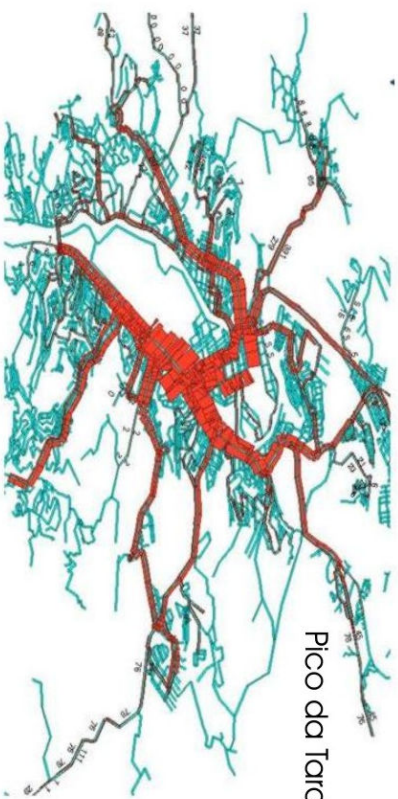
Entrepico da Manhã



Pico do Almoço



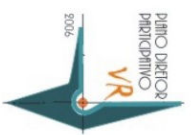
Entrepico da tarde



Pico da Tarde



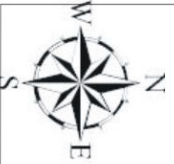
Rede de Transporte Coletivo Urbano

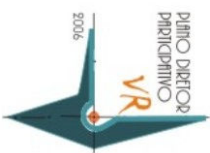


Cobertura espacial de 500 metros



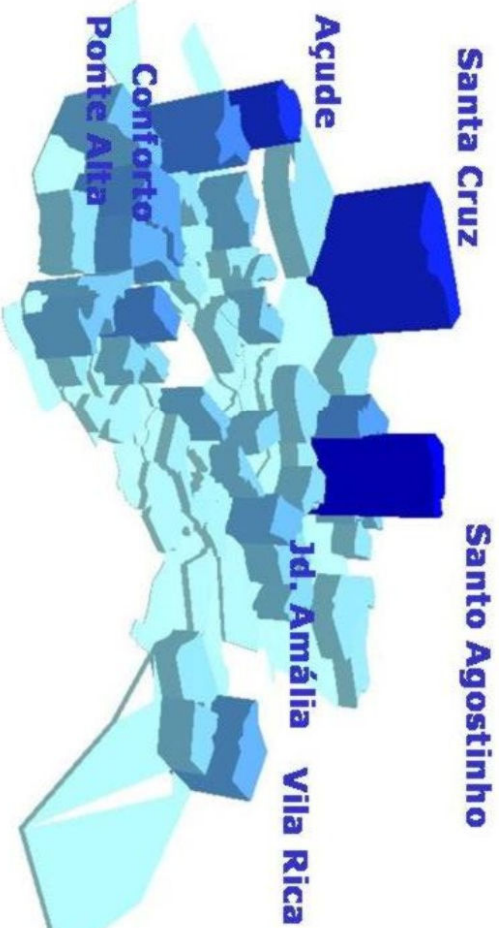
Cobertura espacial de 300 metros





Mobilidade da Cidade

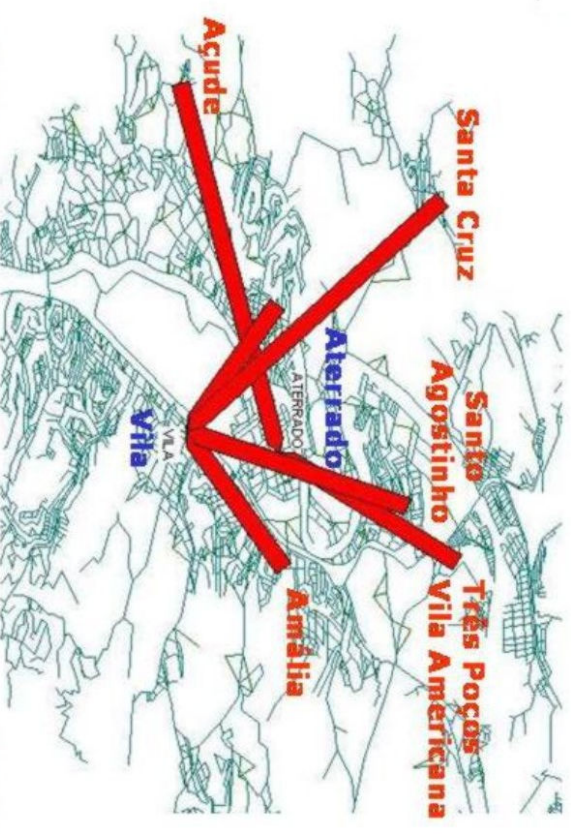
Principais Origens - Pico da Manhã



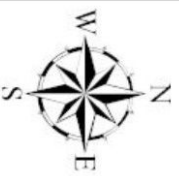
Principais destinos - Pico da Manhã

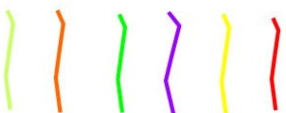
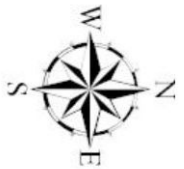


Linhas de Desejo - Pico da Manhã

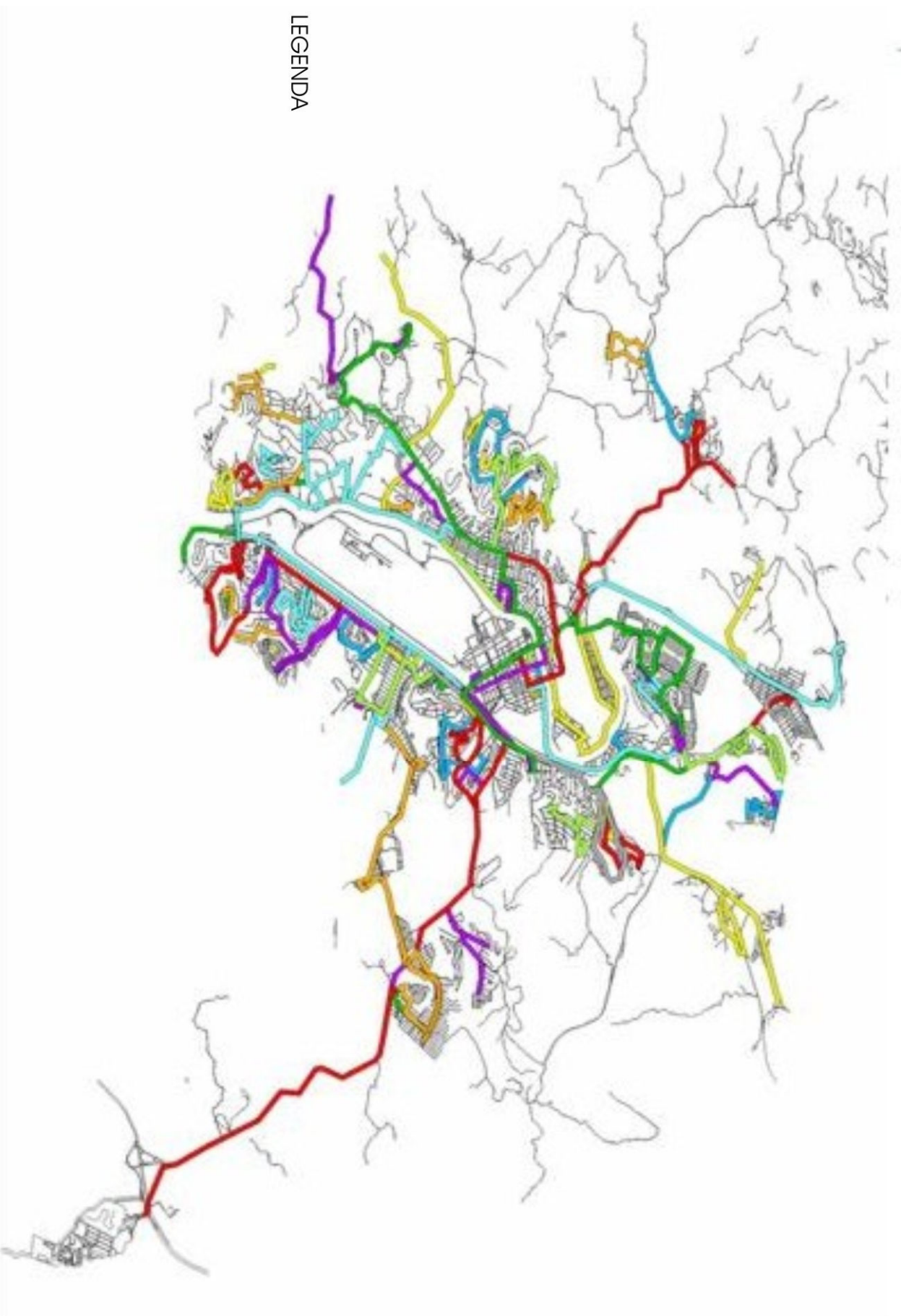


linhas de desejo com mais de 100 viagens/ período





LEGENDA



DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

Reunião com representantes do CREA
Sede do CREA - 05.07.06



Reunião com representantes de
Movimentos Populares





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE V.REDONDA

Temas importantes

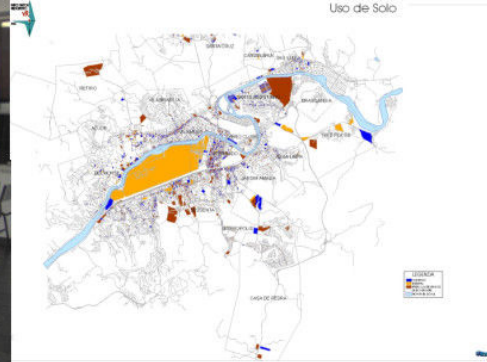


IPPU-VR
AUTARQUIA DA PREFEITURA DE VOLTA REDONDA

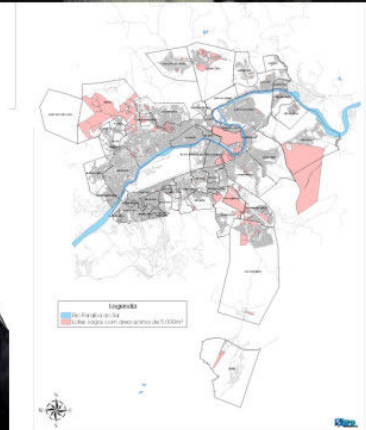
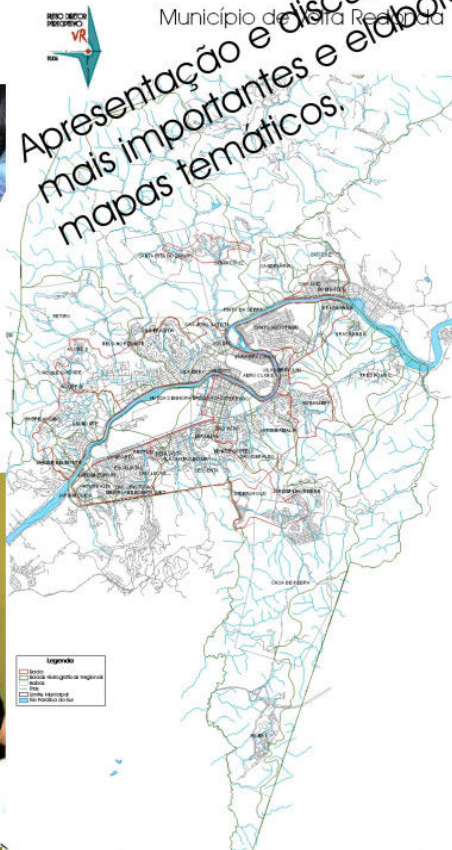


COMITÊ TÉCNICO

Reuniões diárias



Apresentação e discussão dos temas mais importantes e elaboração dos mapas temáticos.



1 - Considerando a incorporação de terras a malha urbana praticadas em Volta Redonda desde a sua fundação, e em particular nos últimos vinte anos, quantos hectares de terra "urbanizáveis" deverão e ou poderão ser anexadas a cidade durante a vigência do Plano?

2 - Calculada a quantidade de hectares que a cidade poderá consumir para a expansão na próxima década, haveria necessidade de se trabalhar com faixa de segurança para esta previsão, ou não?

3 - Daria para calcularmos o impacto no coeficiente de aproveitamento dos lotes da área já urbanizada da cidade, se porventura não pudermos atender a necessidade de expansão horizontal anunciada pelas projeções de crescimento demográfico oficial?

4 - Quais seriam os principais conflitos gerados pela necessidade de expansão horizontal da cidade e a preservação do meio ambiente por exemplo?

5 - Poderá haver conflito também provocado pela expansão horizontal e o fornecimento de água potável? Neste caso haveria alternativas de solução? Quais?

6 - Existe também um conflito potencial entre a expansão horizontal e a utilização de áreas de declividade acentuada ou área de topografia deveras assanhada, nestes casos haveria também soluções alternativas? Quais?

7 - No cálculo de expansão horizontal da cidade estão incluídas áreas para uso habitacional, industrial, institucional entre outras? Havendo a que parece uma tendência dominante de segregação de uso, sobretudo das atividades industriais e residenciais, quais seriam os critérios que deveríamos utilizar para preservar áreas para funções tão relevantes da cidade?

8 - Não podemos esquecer também de dimensionar o mais adequadamente possível as demandas específicas de cada uma dessas atividades, que por sua natureza sua exigem "territórios urbanos" com características distintas para o seu pleno e sustentável exercício.

9 - Dentro da malha urbana consagrada da cidade haveriam glebas, que por suas características, poderiam suportar parte da demanda para a expansão horizontal da cidade? Quais seriam elas? Que capacidade de ocupação teriam?

10 - Ainda dentro da malha urbana consagrada, haveriam áreas livres, mas de ocupação não recomendável devido suas características geo-ambientais? Onde estariam localizadas?

1 - Numa rápida análise sobre a densidade populacional dos 48 bairros "oficiais" da cidade percebemos que 60% deles, entre 28 e 30 bairros tem densidade abaixo de 70 hab/ha. A metade deles inclusive abaixo de 40 hab/ha. Sem dúvida densidades muito baixas, que por um lado impõe elevados custos para manutenção dos espaços comuns, mas por outro lado geram bairros de ambiência extremamente qualificada como o Laranjal por exemplo. A pergunta que cabe neste caso é quantos bairros Volta Redonda pretende e pode manter com uma densidade e características urbanísticas/ambientais como a do Laranjal?

2 - Na expansão horizontal futura da cidade quantos hectares de terra deveriam ser reservados digamos para esses "oásis" urbanísticos?

3 - Os outros 40% dos bairros (=20) tem densidade média maior que hab./ha. metade deles entre 71 e 100 hab./ha e outra metade acima de 101 hab./ha. Considerando esta informação e da densidade demográfica líquida média da cidade, em torno de 82 hab./há. O que poderíamos classificar como bairros adensáveis e não adensáveis, na cidade por que motivos ou critérios?

4 Haveria ainda alguma recomendação específica para adensamento ou congelamento edilício, deste ou daquele bairro a exemplo do Laranjal citado acima? Quais?

5 Nas possíveis áreas de expansão horizontal da cidade, dentro ou fora da malha urbana atual, haveria algum "território" onde o adensamento seria recomendável, dada as características locais, disponibilidade de infra estrutura, entre outros favoráveis a esta possível tendência? Quais seriam?

6 Há uma quantidade de área construída na cidade para abrigar todas as suas atividades e que se dividida por quantidade de terras efetivamente urbanizada, daria o índice de utilização ou coeficiente de aproveitamento médio e ou padrão, praticado na cidade. Deveríamos utilizar este indicador como referencia única para a cidade toda inclusive sua futura expansão, ou utilizaremos "coeficientes" distintos para as diversas "regiões urbanas" que desejamos adensar ou congelar?

7 Será que pelas dimensões territoriais e prediais de suas instalações industriais, os dados da CSN deveriam ser expurgados deste total com objetivo de diminuir possíveis distorções?

8 Afirmam alguns que as classes populares preferem morar em casa do que em apartamentos. Sendo este um comportamento cultural de difícil alteração, qual seria a densidade recomendável para as terras de expansão e adensamento urbano a serem reservados a população de baixa renda?

9 Será que por exemplo a tipologia de vilas (o edifício deitado) seria recomendável para estes casos?

10 Haverá algum “território urbano” da cidade que poderia ou deveria, por exemplo receber um adensamento edilício de várias proporções? No caso afirmativo qual e em que condições urbanísticas?

03 - Mudanças de uso do solo e algumas tendências

1 Foi produzido pela Secretaria de Planejamento e EPD, um mapa indicando a distribuição espacial dos usos: comerciais, de prestação de serviço e industriais praticados na cidade. Nele, pode-se observar alguns “territórios urbanos” onde há uma expressiva concentração desses usos, tendência verificada sobretudo, nos últimos anos.

O que fazer com tais tendências? Estimular, conter, tentar dirigi-las para outros pontos?

2 Particularmente na Vila Santa Cecília, qual deve ser a orientação do Plano Diretor? Onde pode ter uso comercial e de serviços e, onde não deve ter? Qual a quantidade e intensidade de mudanças de uso possíveis e recomendáveis?

3 Existe também na área central, Av. Amaral Peixoto, uma transformação de uso residencial para comercial praticada no interior dos prédios. Como tratar esta tendência. Aceita-la, reprimí-la ou estimular a construção habitacional no centro, o que fazer?

4 Há um aumento dinâmico de uso do solo no bairro do Retiro. O que o Plano Diretor deve propor para aquele território de cidade? Quanto ao uso e formas de operação do solo principalmente?

5 Existe a necessidade de propor outras “centralidades” ou “corredores de comércio” e serviço” no Plano Diretor para consagrar ou estimular tendências como a centrada no Santo Agostinho?

6 Aonde, mais precisamente, sobre a Vila Santa Cecília, alguns tem sugerido o “tombamento” ou área do Plano do Atílio a merecer atitude mais respeitosa? Como compatibilizar isso com as mudanças de uso e de adensamento também desejáveis segundo outros grupos? O que fazer?

7 Como tratar no Plano Diretor, fenômenos de concentração comercial específica como o centro da Colina, por exemplo? Há outros casos semelhantes que mereçam destaque?

8 Alguns afirmam haver uma progressiva proliferação de oficinas mecânicas e correlatos na cidade nos últimos anos muitas vezes algumas dessas atividades poderem incômodos na vizinhança. Como tratar este assunto, haja vista a alta taxa de motorização da cidade?

9 O Complexo industrial da CSN, mereceria pela sua escala, alguma recomendação especial do Plano Diretor? Seria um exagero limitar a ocupação e uso futuros? Que critérios utilizar?

10 Obras de infra-estrutura importantes como a do aeroporto regional poderá induzir algumas mudanças de uso no entorno imediato das áreas onde será instalado. É possível dirigir tais tendências?

11 Aglomerados urbanos como Roma I, Roma II e Santa Cruz por exemplo, localizadas fora da malha urbana existente costumam provocar mudanças na forma e intensidade de uso do solo nas vias que fazem sua ligação com a cidade. O que propor nesses casos?

12 Alguns afirmam que áreas de reserva de loteamentos tem sido incorporadas por proprietários de lotes contíguos a eles para uso de lazer, ajardinamento entre outros. Há sugestões para no Plano Diretor regularizar tais situações. O plano deve se ocupar deste assunto?

13 A Estrada do Contorno quando concluída provocará mudanças de uso solo de parte do território municipal que ela atravessa. Poderemos no Plano Diretor disciplinar que transformação serão essas e aonde elas ocorrerão inicialmente ou de forma mais intensa?

14 Haveria alguma providencia a ser incorporada ao Plano Diretor para as áreas conurbadas com municípios vizinhos? Quais por exemplo?

15 Com a inauguração da Estrada do Contorno é possível corrigir alteração de forma de usar e ocupar o solo das áreas lindeiras ao atual leito da BR 393 que corta a cidade? Quais por exemplo?

04 - Áreas especiais ou usos especiais

- 1 Algumas áreas dentro da malha urbana consolidada chamam atenção pela sua subutilização ou não utilização. A mais destacada delas é sem dúvida o Aero Clube. que usos o Plano Diretor deve recomendar para aquela área?
- 2 Outra na mesma situação seria a área também propriedade da CSN localizada no Aterrado, onde a Companhia já desenvolveu no passado recente instalar atividades industriais. Da mesma forma o que o Plano recomenda para este grande vazio urbano?
- 3 Outra ainda área que necessita de uma destinação mais adequada na definição do Plano Diretor, é aquela que se localiza entre a Vila Santa Cecília e o Centro (Amaral Peixoto), mais precisamente no entorno da Rodoviária. Um grande lote vazio e terras ociosas da Rede Ferroviária Federal deveriam contribuir para facilitar definição entre esses dois pólos comerciais da cidade. O que poderá ser proposto para ela em termos de uso e ocupação do solo?
- 4 As "chácaras" dos Belmonte, ou melhor, terrenos de 5 a 10mil/m² localizadas naquela região da cidade encontram-se subutilizadas. O que fazer com elas?
- 5 Os Vazios urbanos do Aterrado de médio e pequeno porte, também incomodam pela sua ociosidade. O que propor para que eles possam na vigência do Plano ter destinação mais nobre e produtiva?
- 6 O que propor para a adequada utilização de imóveis como o prédio do Escritório Central da CSN e seu terreno em frente (usado como estacionamento), e o terreno da Cúria, ambos na Vila Santa Cecília?
- 7 O que fazer para os terrenos ocupados pelos clubes da cidade, alguns deles com saúde financeira debilitada?
- 8 Que áreas deveriam ser tombadas por seu valor histórico cultural e paisagístico na cidade? O que fazer para compensar os proprietários desses imóveis do congelamento edílico inevitável?
- 9 Haveria na malha urbana da cidade algum território que por suas características poderia receber a transferência do potencial construtivo de outras áreas ou de imóveis tombados?

10 Seria demasiado pensar na utilização do espaço aéreo sobre vias rodoviárias ou ferroviárias ou mesmo sobre o rio, por alteração de atividades comerciais e de serviço, com objetivo de amenizar as travessias e resgatar ou promover integração de setores importantes da cidade?

11 O que propor para as ilhas do Paraíba? Inclusive a que é utilizada como acesso secundário da CSN?

12 Alguns tem falado da necessidade de transferir a rodoviária de local, com o objetivo de retirar os ônibus interurbanos do centro da cidade, ou mesmo de contribuir para revitalização da área onde está instalada. O Plano pode sugerir alguma coisa neste sentido?

13 O que fazer com a área do lixão e onde receber o novo aterro? Como o Plano pode tratar este assunto?

14 Da mesma forma como o Plano deve tratar "depósitos" a céu aberto de resíduos rejeitos industriais diversos espalhados pela cidade?

15 Poderia o plano indicar o local mais adequado para instalação da futura estação de tratamento de esgoto?

16 Em relação a terrenos destinados a cemitérios. É possível ampliar as existentes? É necessário rever novas áreas? Seria conveniente também sugerir isto no plano?

17 E a casa de custódia e seu entorno?. Deverá ser prevista sua ampliação? E o que propor para o seu entorno imediato? O plano também deverá abordar este assunto?

18 Considerando o aumento de área de influencia de Volta Redonda na região, que medidas o Plano deverá adotar para facilitar sobretudo o acesso e permanência de "usuários" da cidade mas não residentes?

19 -Ainda em relação a este tema. O que o Plano poderia propor tendo em conta as possibilidades estratégicas advindas da localização geográfica de Volta Redonda? Exemplos a sua ligação com o Porto de Sepetiba, a rede de ferrovias e rodovias existentes entre outros.

20 O Plano Diretor de Transportes em discussão, tem apontado para a necessidade de consagrar no Plano Diretor o uso preferencial para transporte coletivo nos principais corredores da cidade.

Que medidas de uso de ocupação do solo deveriam ser tomadas para reforçar ou mesmo tirar partido de tal recomendação?

21 É possível o Plano sugerir alguma recomendação no sentido de incentivar o uso bicicletas e de andar a pé ao longo das principais vias de transportes ou próximas a elas?

22 O que o Plano pode propor em relação às margens dos rios da cidade?

23 Em relação ao Rio Paraíba do Sul, em particular, o que propor, sobretudo na volta redonda, que dá nome à cidade?

24 Como compatibilizar ou enfrentar a Legislação Federal sobre o tema? O que devemos admitir e o que mereceria enfrentamento por parte do Plano?

25 Que regra geral o Plano poderia adotar para disciplinar a matéria em relação às áreas de expansão da cidade?

26 Medidas para achatar o pico de demandas?

2006

- 1 Dentro do perímetro urbano da cidade, considerando a existência de infraestrutura e da demanda para utilização, que áreas poderiam ser delimitadas no Plano, onde deverá ser aplicado o parcelamento compulsório?
- 2 Da mesma forma para a edificação compulsória de terrenos vazios?
- 3 E ainda da mesma forma para imóveis/edificação subutilizadas?
- 4 Que critérios usar para implantar o imposto progressivo no tempo em tais áreas?
- 5 Como tratar as áreas vazias ou subutilizadas, cuja ocupação interessam a cidade mais do que outras? O que pode merecer incentivo e o que deve merecer punição?
- 6 Será que o espírito de quem legislou o estatuto da cidade seria o de incentivar pela ameaça de punição como nas infrações de trânsito por exemplo?
- 7 No caso de áreas vocacionada para habitação de interesse social, como agiríamos? Do mesmo modo que nas áreas super valorizadas?
- 8 Como tratar áreas que a cidade precisa para sua expansão horizontal, já servidas por infraestrutura, com potencial de demanda visível, mas que estão retidas por razões especulativas?
- 9 Existiriam áreas na cidade onde seria de interesse do poder público gravá-las, com objetivo de exercer sobre elas o direito de preferência?
- 10 No caso da Estrada do Contorno, mesmo após sua construção, este instrumento ainda poderia ser utilizado?
- 11 No caso das áreas onde se tem praticado mudanças no uso do solo, poderiam ser gravadas no plano como especiais, Onde tais mudanças passariam ser onerosas?
- 12 Que critérios usar para definir tais áreas? A Vila se enquadra esta situação?

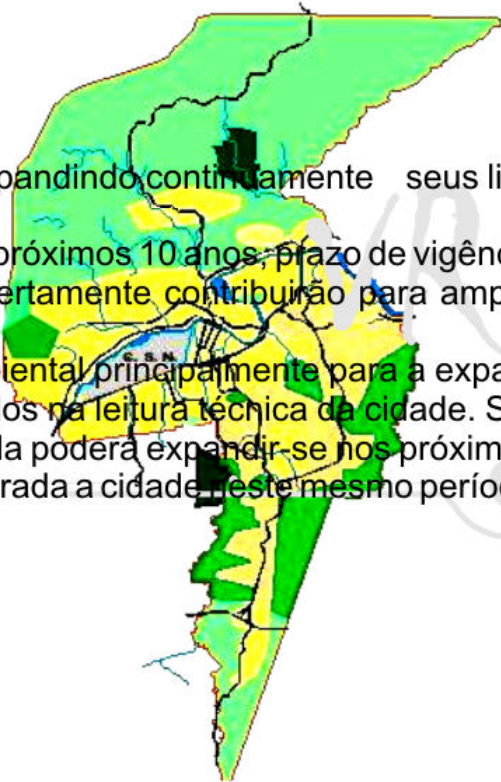


01 - A expansão da cidade

1 - Volta Redonda tem ao longo de sua história, expandindo continuamente seus limites urbanos.

Há previsões de crescimento demográfico para os próximos 10 anos, prazo de vigência do plano, da ordem de 40 a 45 mil pessoas, que certamente contribuirão para ampliar a demanda por assentamento de famílias na cidade.

Por outro lado existem restrições de natureza ambiental principalmente para a expansão do perímetro urbano, conforme mapas apresentados na leitura técnica da cidade. Sendo assim, por onde na opinião do grupo, Volta Redonda poderá expandir-se nos próximos 10 anos? Que quantidade de terras deverá ser incorporada a cidade neste mesmo período?



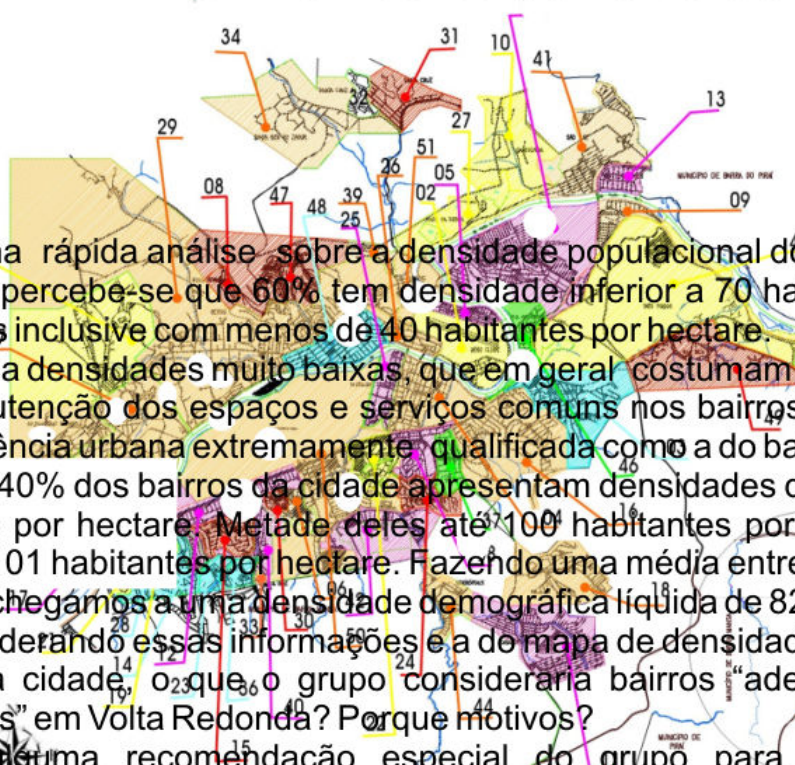
02 - O Adensamento da cidade

Numa rápida análise sobre a densidade populacional dos bairros oficiais de Volta Redonda, percebe-se que 60% tem densidade inferior a 70 habitantes por hectare; boa parte deles inclusive com menos de 40 habitantes por hectare.

Sem dúvida densidades muito baixas, que em geral costumam provocar custos elevados para manutenção dos espaços e serviços comuns nos bairros e algumas vezes geram uma ambiência urbana extremamente qualificada como a do bairro Laranjal por exemplo. Os outros 40% dos bairros da cidade apresentam densidades demográficas acima de 71 habitantes por hectare. Metade deles até 100 habitantes por hectare, e outra metade acima de 101 habitantes por hectare. Fazendo uma média entre todos os bairros de Volta Redonda chegamos a uma densidade demográfica líquida de 82 habitantes por hectare.

Considerando essas informações e a do mapa de densidades apresentado na leitura técnica da cidade, o que o grupo consideraria bairros "adensáveis", e bairros "não adensáveis" em Volta Redonda? Por que motivos?

Haveria alguma recomendação especial do grupo para padrões de densidade demográfica a serem praticados nas áreas de expansão da cidade? Quais?



05 - Áreas de uso conflitantes e costumes urbanos insustentáveis

Algumas atividades dentro e fora do perímetro urbano de Volta Redonda, apresentam usos potencialmente conflitantes ou com seu entorno imediato, ou com a legislação vigente ou até mesmo com o meio ambiente.

São elas as praticadas nos cemitérios existentes, na casa de Custódia, na futura estação de tratamento de esgotos, no futuro aeroporto, no futuro aterro sanitário e no atual lixão, entre outras. O que o grupo sugere para estes casos, de usos estigmatizadas, porém indispensáveis ao bom funcionamento da cidade?

Existem também áreas da cidade indevidamente ocupadas as margens dos rios, inclusive do Paraíba. Além de ferir a legislação ambiental, a ocupação dessas áreas não permite por vezes o usufruto por todos os cidadãos de cenários paisagísticos de grande beleza e significado. Como tratar no Plano Diretor tais situações?

Há também uma proposta do Plano Diretor de Transportes, em discussão na cidade que prevê o uso preferencial para o transporte coletivo nos principais corredores de tráfego de Volta Redonda.

Considerando a alta taxa de motorização da cidade, aproximadamente um automóvel para cada três habitantes, será possível utilizar o Plano Diretor para mudar o modelo de mobilidade vigente?

06 - Aplicabilidade dos instrumentos do Estatuto da cidade

Existem, dentro e fora do perímetro urbano de Volta Redonda, áreas de terra de médio e grande porte dotadas de infra-estrutura e com demanda reprimida para sua adequada utilização. Quais áreas no entendimento do grupo, mereceriam ser delimitadas no Plano Diretor com objetivo de serem parceladas, edificadas ou utilizadas pelo menos durante a vigência do Plano Diretor?

Considerando o prazo de validade do Plano, que prazos estabelecer para que tais áreas cumpram a utilização determinada? Importante não esquecer que o não cumprimento das diretrizes do Plano implica na aplicação da medida mais coercitivas.

Algumas das áreas dentro e fora do perímetro urbano, que estariam merecendo um reforço adicional do poder público para serem efetivamente utilizadas? Ou seja, haveriam terras que uma “parceria” (operação consorciada) entre proprietários e prefeitura poderia ser promovida com objetivo de tornar viável sua urbanização e utilização principalmente pela população de baixa renda?

Seguindo este mesmo raciocínio haveria algumas áreas que a prefeitura deveria exercer o direito de preferência para adquiri-las com vistas a implantação de habitações populares e equipamentos sociais relevantes?

Rio Paraíba do Sul
Lotes vagos com área acima de 5.000m²



07 - A outorga onerosa do direito de construir

O Estatuto da cidade criou um instrumento chamado outorga onerosa do direito de construir que quer dizer mais ou menos o seguinte: em todo o território da cidade fica estabelecido um único índice ou coeficiente de aproveitamento para todas as propriedades, normalmente igual a uma vez a área do terreno.

O plano Diretor por sua vez estabelece, de acordo com desejo da sociedade, locais onde este índice ou coeficiente pode ser maior, duas, três ou até mais vezes a área do terreno.

Para utilizar um índice ou coeficiente de aproveitamento mais vantajoso, o proprietário ou empreendedor de imóvel cujo índice ou coeficiente for igual a uma vez a área do lote deve pagar a prefeitura, preferencialmente a um Fundo de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a outorga do direito de construir a mais, naquele imóvel.

Considerando essas observações e as condições de oferta e preço praticados no mercado imobiliário de Volta Redonda, o grupo entende que este instrumento poderia ser adotado na cidade? Em que condições, e em que locais?



08 - A cidade inclusiva

Durante os últimos 30 anos a população mais pobre de Volta Redonda encontrou nas áreas de posse, a única possibilidade para sua inclusão na cidade. Ao longo desse tempo, e mediante muita luta, essas pessoas viveram sob condições sub-humanas e de risco social e ambiental.

Investimentos públicos municipais realizados nos últimos 10 anos da ordem de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) permitiram a urbanização praticamente integral de todas as áreas de posse. Falta ainda, em algumas delas, a regularização definitiva da posse de terra.

Todo este processo foi corretivo, ou seja as obras foram realizadas depois da ocupação, em alguns casos muito tempo depois. Será que a partir da experiência acumulada daria para atuar preventiva e não corretivamente como ocorreu? Ou seja, é possível criar no Plano Diretor instrumentos capazes de assegurar as camadas mais pobres a possibilidade real de inclusão formal na cidade?





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE V.REDONDA

Modelos utilizados para:

Cartazes, convites, crachás, pastas, blocos, faixas, bolsas outdoor, filipetas, painéis, banners e certificados.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

VR

2006



Procure sua entidade e participe!

Próxima Reunião

Local:

Data

Hora:

CONVITE

Conforme anunciado nas reuniões plenárias, estaremos realizando no próximo dia 12 de agosto de 8:00 às 14:00 hS no Auditório do Estádio Raulino de Oliveira - setor branco a 2ª Plenária (etapa de proposições). Sua presença é fundamental.

Até lá.

Comitê de Mobilização

CONVITE

Conforme anunciado nas reuniões plenárias, estaremos realizando no próximo dia 12 de agosto de 8:00 às 14:00 hS no Auditório do Estádio Raulino de Oliveira - setor branco a 2ª Plenária (etapa de proposições). Sua presença é fundamental.

Até lá.

Comitê de Mobilização

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

Gomes

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

Ricardo

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

Selda

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

Elio

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

Silvania

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

Cláudia

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

Elisa

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

Leda

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

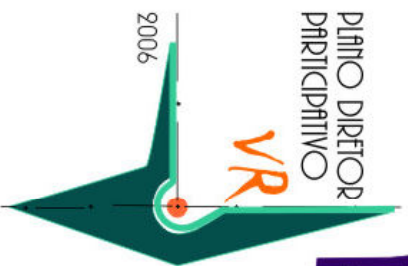
VR

2006





PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

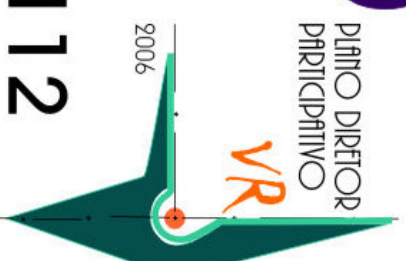
CONSTRUINDO A CIDADE SEGUNDO A VONTADE DE SEUS CIDADÃOS

PARTICIPE CONOSCO!

www.portalvr.com/plano

tel: 3347 -1112

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO



PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006



Logomarca para bolsas : 300 unidades

**CONSTRUINDO A CIDADE
SEGUNDO A VONTADE
DOS SEUS CIDADÃOS**

*ACOMPANHE O CALENDÁRIO
DE REUNIÕES E PARTICIPE*

[Www.portalvr.com/plano](http://www.portalvr.com/plano)

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO
VR





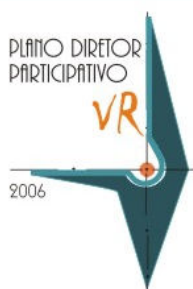
Idéia boa para o Plano Diretor é aquela que pode ser transformada em um exclusivo artigo de Lei , sem adjetivos e advérbios expressa , no máximo, em um ou dois parágrafos

Jorge Wilhelm



Idéia boa para o Plano Diretor é aquela que pode ser transformada em um exclusivo artigo de Lei , sem adjetivos e advérbios expressa , no máximo, em um ou dois parágrafos.

Jorge Wilhelm



Idéia boa para o Plano Diretor é aquela que pode ser transformada em um exclusivo artigo de Lei , sem adjetivos e advérbios expressa , no máximo, em um ou dois parágrafos.

Jorge Wilhelm



Idéia boa para o Plano Diretor é aquela que pode ser transformada em um exclusivo artigo de Lei , sem adjetivos e advérbios expressa , no máximo, em um ou dois parágrafos.

Jorge Wilhelm



Idéia boa para o Plano Diretor é aquela que pode ser transformada em um exclusivo artigo de Lei , sem adjetivos e advérbios expressa , no máximo, em um ou dois parágrafos.

Jorge Wilhelm

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

VR

2006

VR

2006

Banners - Formato 0,90x1,20 em lona

FÓRUM DE DIAGNÓSTICO DE CONSENSO
LEITURA DA CIDADE

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

VR

2006

2006

FÓRUM DE PACTUAÇÃO DAS PROPOSTAS

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

VR

2006

2006

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

CONVITE

Convidamos V.S^a para participar da reunião do Conselho Gestor para conclusão dos trabalhos tendo em vista a Conferência da Cidade.

Local: Auditório Palácio 17 de julho
Dia : 24.08.06
Hora : 18:00 hs.

Venha e participe!

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

CONVITE

FORUM DE PACTUAÇÃO DAS PROPOSTAS

Dia: 22/08/2006 (terça-feira)

Horário: 18h às 22h

Local: Clube dos Funcionários

Rua 14 - Vila Santa Cecília

Venha e participe!

CONFÉRENCIA DA CIDADÃO

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

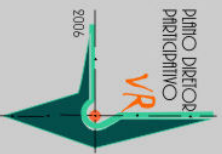
CERTIFICADO
VR

Certificamos que.....

participou da elaboração da : Plano Diretor Participativo de Volta Redonda
2006

Na qualidade de representante da Entidade :

Volta Redonda, de setembro de 2006



GOTHARDO LOPES NETO
Prefeito Municipal

VICENTE DE PAULA LOUREIRO
Diretor Presidente IPPUVR



Plano Diretor Participativo

Plenárias - Leitura da cidade

DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

1ª Plenária - IPPU-VR, SMP, EPD, ComItê Técnico e Comitê de Mobilização
Auditório do Ed. Plaza - 19.06.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

- Planejamento e controle do uso e ocupação das zonas tradicionais.
- Atuação da Comissão Federal de 88 artigos 182 e 183
- Aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001) após 11 anos no Congresso.
- 2003 no governo Lula criação do Ministério das Cidades com áreas técnicas.
- A função social da propriedade urbana

PLANO DIRETOR

- O Estatuto da cidade. A cidade tem que ser gerida a partir do Conselho Federal, do Organico e Estatuto da Cidade

SITUAÇÕES x SOLUÇÕES

- Ocupação de terrenos ou imóveis de particular
- Constituição art. 183 (ocupação urbana individual ou coletiva)
- ECOBZ: Zona Especial de Interesse Social
- Com as condições físicas para população de baixa renda (com facilidade a regularização)
- Ocupação de terreno em loteamento irregular
- ECOBZ: Zona Especial de Interesse Social

PONTOS POSITIVOS:

- 1. Início estrutura

PONTOS NEGATIVOS:

- 1. Transporte coletivo
- 2. Violência
- 3. Desemprego

Nº de participantes : 33

DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

2ª Plenária - Secretarias Municipais, Autarquias, Empresa de Economia Mista e Fundações
Auditório do Estádio Municipal - 21.06.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS:

- 1. Volta Redonda bem servida de infra-estrutura
- 2. Poucas opções de transporte com falta de ciclovias/ônibus
- 3. Escala humana edificada, bairros, cidades compactas e
- 4. Abastecimento de água
- 5. Opções de lazer
- 6. Manutenção de áreas de segurança
- 7. Início estrutura viária
- 8. saneamento
- 9. Início estrutura urbana

PONTOS NEGATIVOS:

- 1. Tratamento de esgoto
- 2. Áreas protegidas
- 3. Ocupação de praças
- 4. Fluxo de veículos
- 5. Verificação do município
- 6. Restrição a verticalização do município
- 7. Falta de áreas industriais
- 8. Grandes quantidades de pedras abandonadas
- 9. Unidades comerciais sem vagas para carro - estacionamento
- 10. Falta de habitação e apresentação popular para população de baixa renda
- 11. Falta de áreas de lazeramento ao longo do Rio Paraíba
- 12. Algumas avenidas com grande fluxo de carros
- 13. Transporte coletivo
- 14. Falta de ciclovias
- 15. Alarms sanitário

Nº de participantes : 34

DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

3ª Plenária - Acadêmicos, Cons. de Classe e ONGs
Auditório do FCA - Anexo a UMB - 28.06.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

- 1. Poder público acessível
- 2. Custo de vida
- 3. O pagão com o padrão de infra-estrutura e serviços
- 4. Qualidade como cidade - toda a região
- 5. Facilidade de locomoção
- 6. Qualidade de vida
- 7. Cultura - cidade planejada
- 8. Manutenção das vias públicas
- 9. Consumo de recursos humanos
- 10. Início estrutura da cidade (parco onda house planejamento)
- 11. Bão e muito do Brasil - Cuiabá (com incentivos e materiais)
- 12 - Prédio histórico - Rio de Janeiro e Cuiabá (preservar)
- 13. Área de lazer
- 14. A cidade é bem arborizada, bem arborizada e impra
- 15. Transposição do Rio Paraíba / usar lá que cada vez (o uso do conservação das ra)
- 16. Defesa do espaço público das que transform (edificantes)
- 17 - Reforço ambiental
- 18. Defesa de áreas habitadas dos deficientes
- 19 - O Visado melhorou muito o horário
- 20. Saneamento em área de periferia
- 21 - Lazer

PONTOS NEGATIVOS:

- 1. Educação
- 2. Qualidade dos serviços (mais transparência)
- 3. Rio Paraíba do Sul (como recuperar as margens do rio?)
- 4. Poluição do meio ambiente
- 5. Infiltração de água / poluição visual
- 6. Falta de vagas para carro
- 7. Melhorar a construção (Bairros)
- 8. Bão - melhor a construção (Bairros)
- 9. Ocupação desordenada das margens do rio
- 10. Saneamento irregular, sistema de saneamento (o que)
- 11 - Infiltração com o CBN (alternativas futuras no seu município)
- 12. Saneamento comunitário
- 13. Falta ciclovia - socialização
- 14. Falta planejamento - Prédio histórico
- 15. Acessibilidade - veículo / pedestre e dos portadores de deficiência
- 16. Falta de áreas específicas de portadores de necessidades especiais
- 17. Dinâmica do horário
- 18. Custo de vida e de deslocamento físico
- 19. Infiltração
- 20. Falta de programa e mercado (população de baixa renda)
- 21 - Sustentabilidade (não se trata) 1 habitação para manter a cidade. Se quisermos mais de onde virá ser?

Nº de participantes : 30

LANÇAMENTO PLANO DIRETOR

Auditório da UFF - 06.06.06



Abertura dos trabalhos para elaboração do Plano Diretor Participativo Assinatura dos Decretos Municipais nºs 10.585 e 10.586.



Nº de participantes : 132 pessoas

Temas prioritários p/ discussão indicados pelo Comitê organizador :

1. Imagem da cidade
2. Função e papel econômico
3. Expansão/densamento
4. Mobilidade
5. Questões ambientais
6. Sustentabilidade

DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

5ª Plenária - Movimentos Populares
Auditório Estádio Municipal - 01.07.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS:

- 1. Capacidade de transformação da cidade
- 2. Localização privilegiada da cidade
- 3. Modernização, iluminação, limpeza urbana, calçadas, sinalização, manutenção e conservação da cidade
- 4. Praças, áreas de lazer, quadras cobertas, arborização, etc...
- 5. Estádio, Ilha São João, ginásio poliesportivo, Praça Brasil, Mirante
- 6. Meio ambiente e áreas verdes
- 7. Água de boa qualidade e esgoto.
- 8. Valorização da 3ª idade.
- 9. Casa da Cidadania (carece de segurança)
- 10. Relacionamento Governosociedade (O.P., Prefeito perto da gente, participação popular)

PONTOS NEGATIVOS:

- 1 - Transporte coletivo (1/4 dos presentes)
- 2 - Poluição dos rios
- 3 - Crescimento desordenado (favelas e ocupação irregular)
- 4 - Falta de oferta de habitação popular
- 5 - Falta de oferta de emprego
- 6 - Poluição do meio ambiente
- 7 - Falta de área para expansão
- 8 - Poucas ciclovias (mais e melhores)
- 9 - Falta de tratamento de esgoto
- 10 - Falta de conscientização da população sobre lixo, posturas, cidadania
- 11 - Lotes abandonados e terras ociosas
- 12 - Terrenos ociosos do CBN
- 13 - Desmatamento de encostas
- 14 - Capacitação profissional/emprego
- 15 - Acessibilidade/portadores de deficiência e idosos

Nº de participantes : 93

DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

6ª Plenária - Grupo Empresarial
Salão de Convenções Hotel Bela Vista - 03.07.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

- 1. Citar espaço
- 2. Cultura e serviços
- 3. Apoio regional da cidade (estruturas grande de profissionais)
- 4. Acessibilidade
- 5. Fácil locomoção
- 6. Educação
- 7. Capacidade econômica / capacidade de receber a cidade
- 8. Segurança regional
- 9. Apoio regional turismos
- 10. Qualidade de oferta de serviços
- 11. Controle de qualidade e profissionalidade
- 12. Infiltração de água (para infra-estrutura)
- 13. Infiltração
- 14. Infiltração
- 15. Infiltração
- 16. Vacinação vacinista muito forte

PONTOS NEGATIVOS:

- 1. Infra-estrutura sustentável
- 2. Sustentabilidade
- 3. Falta de respeito nas relações institucionais
- 4. Economia estagnada
- 5. Infiltração
- 6. Saneamento irregular
- 7. Infiltração
- 8. Falta de oferta para explorar a imagem do CBN
- 9. Falta de visão quanto ao papel do CBN no cenário de desenvolvimento da cidade
- 10. Falta de política de desenvolvimento
- 11. Meio ambiente
- 12. Qualidade de oferta de serviços / mobilidade / ocupação irregular
- 13. Imagem da cidade como instrumento de atração
- 14. Falta de incentivo do pequeno empresário

Nº de participantes : 66

DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

7ª Plenária - Movimento Sindical AEVR - Ass. Doce Engºs de V.Redonda - 28.08.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS:

- Pequeno adensamento - terrenos vazios urbanizados
- Resistência das cidades planejadas com planejamento e cidades históricas
- Início estrutura urbana
- Infiltração das águas (praças / parques)
- Urbanização nas áreas de posse
- Imagens (obras em péssima - onde hántar empresas?)
- Interação das cidades (entender de zona e e, públicos)
- Associação / parceria
- Parque agrícola (TIC - 09/10/06)
- Equipamentos urbanos públicos e privados (parque, melhor distribuição)

PONTOS NEGATIVOS:

- Falta de adensamento / local p/ encontro
- Falta de cultura e nas atividades não há segurança
- Verticalização da via Barão Celso
- Decisão com materiais nobres
- Espetro físico para pedreiros e autômatos
- Mercado de habitação
- Oportunidade de trabalho para fora de Volta Redonda
- Região de empresas de baixa renda, as exigências de regularização fiscal
- Falta de capacitação de trabalhadores p/ empresas
- Falta de oportunidades p/ a técnica capacitada
- Transporte / utilidades
- Emprego
- Poluição ambiental do siderúrgico
- Educação superior
- Trabalhadores de áreas antigas e não regularizadas
- Condições inadequadas das áreas
- Municipal de uso do solo e perda de bens de referência histórica/cultural

Áreas de lazer:

- Com a localização geográfica e as oportunidades decorrentes (orientadas)
- Com adensamento e verticalização e a estética urbana
- Com ocupação de terrenos e a mobilidade (incluindo o uso de bicicleta e do automóvel adaptado)
- Com criação e ocupação de empresas e com geração de emprego (que tipo de atividade econômica e que terreno da cidade pode ser desenvolvido)
- Com a produção de moradia de interesse social
- Com manutenção e aperfeiçoamento de infraestrutura e qualidade de vida
- Com investimento em capacitação de mão de obra

Nº de participantes : 26

DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

7ª Plenária - Agência 21
Auditório Ed. Plaza - 04.07.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS:

- 1. Criação de bens simbólicos, escolas etc...
- 2. Precisão econômica
- 3. Priorização de atividades históricas
- 4. Infiltração
- 5. Infiltração cultural mercado popular
- 6. Saneamento
- 7. Serviços urbanos/emprego
- 8. Emprego/emprego
- 9. Patrimônio cultural
- 10. Área de lazer
- 11. Área verde patrimônio ambiental / Cuiabá
- 12. Precisão de 180º (Cuiabá - características, arte ambiental)
- 13. Organização da cidade
- 14. Regularização patrimonial/regularizada
- 15. Regularizar terreno

PONTOS NEGATIVOS:

- 1. Poluição da água
- 2. Equipamento agrícola doméstico sem tratamento
- 3. Avaliação de áreas verdes
- 4. Avaliação de comércio
- 5. Avaliação não planejada
- 6. Escassez de emprego
- 7. Transporte e trânsito - mobilidade
- 8. Acessibilidade
- 9. Ocupação das margens do rio

Nº de participantes : 21

DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

8ª Plenária - Mov. Sociais
Auditório Estádio Municipal - 08.07.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

PONTOS POSITIVOS:

- 1. Planejamento
- 2. Área de lazer
- 3. Infiltração (uso de cores)
- 4. Sinalização
- 5. Infiltração de águas
- 6. Infiltração de águas
- 7. Infiltração de águas
- 8. Infiltração de águas
- 9. Infiltração de águas
- 10. Infiltração de águas
- 11. Infiltração de águas
- 12. Infiltração de águas
- 13. Infiltração de águas
- 14. Infiltração de águas
- 15. Infiltração de águas
- 16. Infiltração de águas
- 17. Infiltração de águas
- 18. Infiltração de águas
- 19. Infiltração de águas
- 20. Infiltração de águas
- 21. Infiltração de águas
- 22. Infiltração de águas
- 23. Infiltração de águas
- 24. Infiltração de águas
- 25. Infiltração de águas
- 26. Infiltração de águas
- 27. Infiltração de águas
- 28. Infiltração de águas
- 29. Infiltração de águas
- 30. Infiltração de águas
- 31. Infiltração de águas
- 32. Infiltração de águas
- 33. Infiltração de águas
- 34. Infiltração de águas
- 35. Infiltração de águas
- 36. Infiltração de águas
- 37. Infiltração de águas
- 38. Infiltração de águas
- 39. Infiltração de águas
- 40. Infiltração de águas
- 41. Infiltração de águas
- 42. Infiltração de águas
- 43. Infiltração de águas
- 44. Infiltração de águas
- 45. Infiltração de águas
- 46. Infiltração de águas
- 47. Infiltração de águas
- 48. Infiltração de águas
- 49. Infiltração de águas
- 50. Infiltração de águas

PONTOS NEGATIVOS:

- 1. Falta de infraestrutura
- 2. Falta de infraestrutura
- 3. Falta de infraestrutura
- 4. Falta de infraestrutura
- 5. Falta de infraestrutura
- 6. Falta de infraestrutura
- 7. Falta de infraestrutura
- 8. Falta de infraestrutura
- 9. Falta de infraestrutura
- 10. Falta de infraestrutura
- 11. Falta de infraestrutura
- 12. Falta de infraestrutura
- 13. Falta de infraestrutura
- 14. Falta de infraestrutura
- 15. Falta de infraestrutura
- 16. Falta de infraestrutura
- 17. Falta de infraestrutura
- 18. Falta de infraestrutura
- 19. Falta de infraestrutura
- 20. Falta de infraestrutura
- 21. Falta de infraestrutura
- 22. Falta de infraestrutura
- 23. Falta de infraestrutura
- 24. Falta de infraestrutura
- 25. Falta de infraestrutura
- 26. Falta de infraestrutura
- 27. Falta de infraestrutura
- 28. Falta de infraestrutura
- 29. Falta de infraestrutura
- 30. Falta de infraestrutura
- 31. Falta de infraestrutura
- 32. Falta de infraestrutura
- 33. Falta de infraestrutura
- 34. Falta de infraestrutura
- 35. Falta de infraestrutura
- 36. Falta de infraestrutura
- 37. Falta de infraestrutura
- 38. Falta de infraestrutura
- 39. Falta de infraestrutura
- 40. Falta de infraestrutura
- 41. Falta de infraestrutura
- 42. Falta de infraestrutura
- 43. Falta de infraestrutura
- 44. Falta de infraestrutura
- 45. Falta de infraestrutura
- 46. Falta de infraestrutura
- 47. Falta de infraestrutura
- 48. Falta de infraestrutura
- 49. Falta de infraestrutura
- 50. Falta de infraestrutura

Área de lazer:

- 1. Área de lazer
- 2. Área de lazer
- 3. Área de lazer
- 4. Área de lazer
- 5. Área de lazer
- 6. Área de lazer
- 7. Área de lazer
- 8. Área de lazer
- 9. Área de lazer
- 10. Área de lazer
- 11. Área de lazer
- 12. Área de lazer
- 13. Área de lazer
- 14. Área de lazer
- 15. Área de lazer
- 16. Área de lazer
- 17. Área de lazer
- 18. Área de lazer
- 19. Área de lazer
- 20. Área de lazer
- 21. Área de lazer
- 22. Área de lazer
- 23. Área de lazer
- 24. Área de lazer
- 25. Área de lazer
- 26. Área de lazer
- 27. Área de lazer
- 28. Área de lazer
- 29. Área de lazer
- 30. Área de lazer
- 31. Área de lazer
- 32. Área de lazer
- 33. Área de lazer
- 34. Área de lazer
- 35. Área de lazer
- 36. Área de lazer
- 37. Área de lazer
- 38. Área de lazer
- 39. Área de lazer
- 40. Área de lazer
- 41. Área de lazer
- 42. Área de lazer
- 43. Área de lazer
- 44. Área de lazer
- 45. Área de lazer
- 46. Área de lazer
- 47. Área de lazer
- 48. Área de lazer
- 49. Área de lazer
- 50. Área de lazer

Nº de participantes : 93

DIAGNÓSTICO - LEITURA DA CIDADE

9ª Plenária - Movimento de Juventude
Auditório Ed. Plaza - 11.07.06

Pontos mais importantes levantados na reunião:

- 1. Infra-estrutura urbana 32%
- 2. Regularização 8
- 3. Urbanismo - 5
- 4. Área verde, ciclovias 20%
- 5. Histórico, urbanismo e cultura (infiltração e preservação) - 7
- 6. Saneamento básico - 2
- 7. Educação - 3
- 8. Participação do bem estar e da participação cidadã - 2
- 9. Espaço e lazer - 3
- 10. Transporte - 3

PONTOS NEGATIVOS:

- 1. Transporte coletivo - 36%
- 2. Meio ambiente/ocupação 32%
- 3. Função social áreas fechadas de público 2
- 4. Desemprego - 2
- 5. Saúde - 1
- 6. Infiltração
- 7. Cultura
- 8. Educação

Nº de participantes : 43

Total Geral de Participantes: 584

Total de horas de trabalho voluntário cedidas no Plano Diretor por plenária:

01. Lançamento do Plano:	264 horas
02. 1ª Plenária	132 *
03. 2ª *	136 *
04. Posse Conselho Gestor	57 *
05. 3ª Plenária	120 *
06. 4ª *	104 *
07. 5ª *	258 *
08. 6ª *	524 *
09. 7ª *	84 *
10. 8ª *	354 *
11. 9ª *	172 *
TOTAL GERAL: 2.205 horas	



Plano Diretor Participativo

Plenárias - Proposições



PROPOSIÇÕES

1ª Plenária - IPPUVR, SME, EPD, Comitê Técnico e Comitê de Mobilização

Audiotório do SESI - 20.07.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas

Nº de participantes : 34 pessoas



PROPOSIÇÕES

2ª Plenária - Secretarias Municipais, Aut. Empresas de Economia Mista e Fundações

Audiotório do Estádio Municipal - 25.07.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas

Nº de participantes : 29 pessoas

TOTAL DE PRESENCAS NO 1º E 2º CICLOS DAS PLENÁRIAS E FÓRUM DE DIAGNÓSTICO:

1.055 Presenças



PROPOSIÇÕES

3ª Plenária - Acadêmicos, Cons. de Classe e ONGs

Audiotório da FERP - 27.07.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas

Nº de participantes 33 pessoas:



PROPOSIÇÕES

4ª Plenária - Movimento Sindical

Sindicato dos Profissionais - 1º.08.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas

Nº de participantes : 17 pessoas

TOTAL DE HORAS DE TRABALHO VOLUNTÁRIO CEDIDAS AO PLANO NO 1º E 2º CICLOS DE PLENÁRIAS E FÓRUM DE DIAGNÓSTICO

4.347 Horas



PROPOSIÇÕES

5ª Plenária - Movimentos Populares

Audiotório Estádio Municipal - 06.08.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas

Nº de participantes : 64 pessoas



PROPOSIÇÕES

6ª Plenária - Agenda 21

Audiotório do Ed. Plaza - 08.08.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas

Nº de participantes : 20 pessoas



PROPOSIÇÕES

7ª Plenária - Entidades Empresariais

CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas - 10.08.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas

Nº de participantes : 21



PROPOSIÇÕES

8ª Plenária - Mús. Populares

Audiotório Estádio Municipal - 12.08.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas

Nº de participantes : 73 pessoas



PROPOSIÇÕES

9ª Plenária - Movimento da Juventude

Audiotório GSEI - 15.08.06



Relembrando os tópicos mais importantes definidos no Fórum de Diagnóstico realizado no dia 18 de julho e dividindo os 6 temas prioritários em grupos surgiram as propostas para serem inseridas no Plano Diretor Participativo através de artigos de Lei que deverão ser pactuados no Fórum de Proposições no dia 22 de agosto.

Temas prioritários:

- 1 - Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura;
- 2 - Desenvolvimento Econômico;
- 3 - Trânsito, Transporte e Mobilidade;
- 4 - Saneamento Ambiental;
- 5 - Habitação e outros e
- 6 - Uso do solo e Terras Ociosas

Nº de participantes : 18 pessoas



Apresentação do Plano de Ordenamento Territorial do CSN - 2001

- Fazenda 5ª Cecília e Fazendinha: áreas de expansão Urbana e Preservação ambiental.

- Aero Clube: Área de especial Interesse Urbanístico.

- Imóveis Pontuais.

Apresentação da proposta do CDL de Preservação de Espaços Urbanos com ocupação sustentada

Projeto expandido Aero Clube

Apresentação do Grupo de Trabalho encarregado a peça sobre o Plano Diretor Participativo



Plano Diretor Participativo Informativos



DECRETO Nº 10.585

Cria Grupo de Trabalho para a elaboração do **Novo Plano Diretor Participativo** do Município de Volta Redonda.

O Prefeito Municipal de Volta Redonda, no uso de suas atribuições legais, e

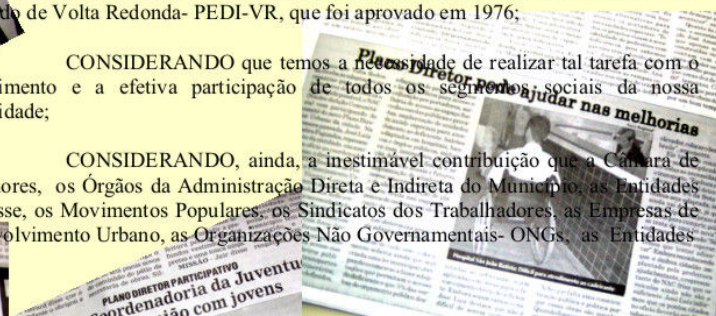
CONSIDERANDO que a Constituição Federal e o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001) determinam que os Municípios devem planejar seu desenvolvimento por meio de um Plano Diretor;

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é um instrumento destinado a garantir para todos os cidadãos do Município um lugar adequado para morar, trabalhar e viver com dignidade, proporcionando acesso à habitação adequada, ao saneamento ambiental, ao transporte e a mobilidade, ao trânsito seguro e aos serviços e equipamentos urbanos;

CONSIDERANDO que o prazo final para a aprovação do Plano Diretor, determinado pelo Estatuto das Cidades, é até o dia 10 de outubro de 2006, para os municípios com mais de 20 mil habitantes e aqueles situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas e, também, aqueles cujos Planos Diretores foram aprovados há mais de 10 anos – caso em que se enquadra o Plano Estrutural de Desenvolvimento Integrado de Volta Redonda- PEDI-VR, que foi aprovado em 1976;

CONSIDERANDO que temos a necessidade de realizar tal tarefa com o envolvimento e a efetiva participação de todos os segmentos sociais da nossa comunidade;

CONSIDERANDO, ainda, a inestimável contribuição que a Câmara de Vereadores, os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, as Entidades de Classe, os Movimentos Populares, os Sindicatos dos Trabalhadores, as Empresas de Desenvolvimento Urbano, as Organizações Não Governamentais- ONGs, as Entidades



DECRETO Nº 10.586

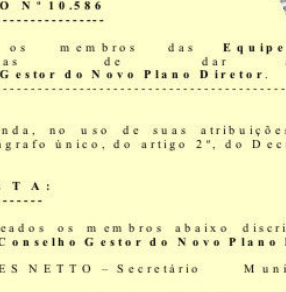
Nomeia os membros das Equipes de Trabalho e as delegadas de Apoio ao Conselho Gestor do Novo Plano Diretor.

O Prefeito Municipal de Volta Redonda, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no parágrafo único, do artigo 2º, do Decreto nº 10.585, de 06/06/2006,

DECRETA:

Artigo 1º Ficam nomeados os membros abaixo discriminados para compor o Comitê Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Novo Plano Diretor:

- 1) **Presidente:** PAULO CESAR RIBEIRO
- 2) **Representante da Prefeitura Municipal de Volta Redonda:** LESLIE CALZAVARA CARREIRO
- 3) **Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo - SMDT:** JERÔNIMO PEREIRA DOS SANTOS
- 4) **Representante da Secretaria Municipal de Governo - SMO:** LINCOLN BOTELHO DA CUNHA
- 5) **Representante da Secretaria Municipal de Obras - SALO:** ROBERTO PIMENTA DA CRUZ
- 6) **Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento - SMP:** JOSÉ ROBERTO GOMES, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES RIBEIRO, JOSÉ EDUARDO RAMOS QUAGLIA



MAS O QUE É UM PLANO DIRETOR?

O Plano Diretor é um dos instrumentos mais importantes de política de desenvolvimento e de crescimento urbano. É parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo ser aprovado em lei.

Com base no conhecimento que temos da cidade na vida real, o Plano Diretor define as regras para chegarmos a cidade que queremos, um lugar melhor para se viver. Esse é um processo que diz respeito a todas as pessoas que moram na cidade.

Um plano feito com participação ampla pode ajudar a garantir a todos o direito à moradia, ao transporte público, ao saneamento, iluminação pública, comunicação e a fornecer equipamentos de saúde, educação e lazer.

Os planos diretores não são novidade no Brasil. O problema é que quase sempre eles foram elaborados sem consulta à população. Em grande parte das vezes não levaram em consideração os problemas sociais das cidades como desemprego, falta de moradias e de linhas de ônibus adequadas, grande número de favelas, etc, e acabaram nas gavetas.

Dessa forma, nossas cidades foram crescendo sem obedecer a nenhum planejamento e, o que é pior, vendo seus problemas se multiplicarem, sem instrumentos para atuar sobre eles.

Porém, no momento atual, existem novas possibilidades para o planejamento municipal, graças à aprovação da Lei Federal 10.257 de 2001, conhecida como **Estatuto da Cidade**.

Essa lei, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal do Brasil. Diferente de outras leis de nosso país, O Estatuto da Cidade foi uma conquista de milhões de pessoas que se mobilizaram no Movimento Nacional de Reforma Urbana para incluir no texto da Constituição o direito à cidade e a função social da propriedade.

De um modo geral, o direito à cidade significa a garantia de um território em que todas as pessoas tenham boas condições para se desenvolver e realizar as suas capacidades, o que inclui exercer suas atividades profissionais, frequentar boas escolas, ter áreas de lazer com qualidade.

Enfim, concretizar sua cidadania, com acesso aos serviços básicos que uma cidade deve oferecer

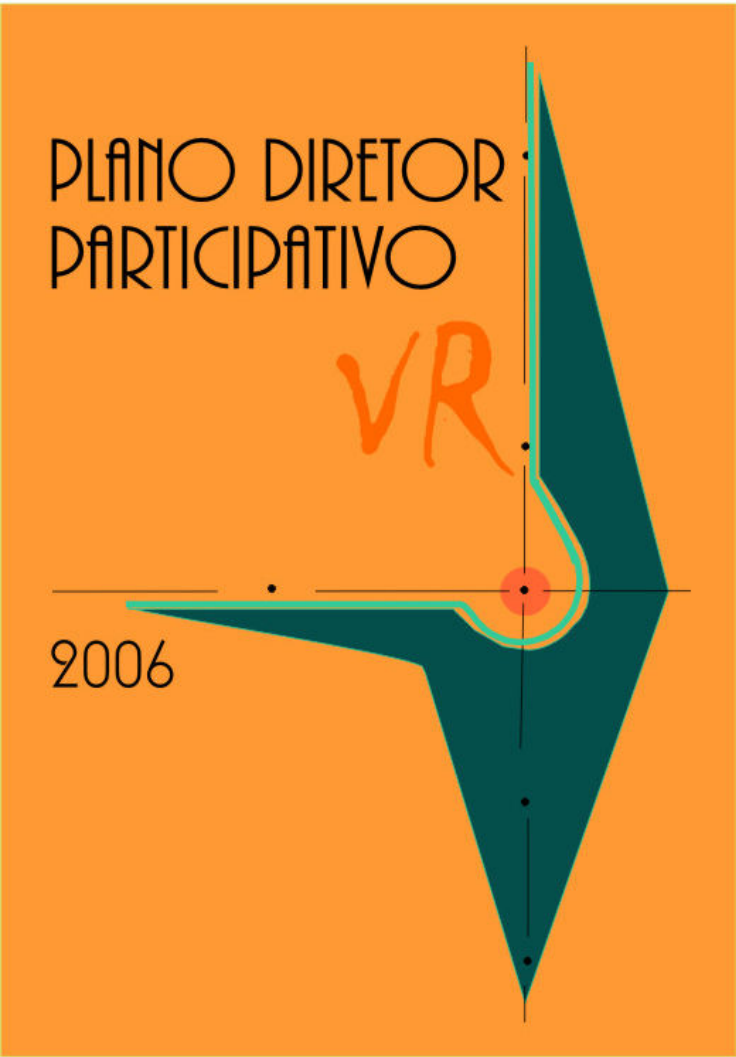
Modelo para camisetas

30 unidades

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006



PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006



ORGANIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO

VOLTA REDONDA DÁ INÍCIO AO SEU PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Em evento realizado no dia 6 deste mês no auditório da UFF, e que contou com a presença do prefeito municipal, de vereadores e de representantes dos diversos segmentos da sociedade, foi dado início a elaboração do Novo Plano Diretor Participativo de Volta Redonda.

MAS O QUE É UM PLANO DIRETOR?

O Plano Diretor é um dos instrumentos mais importantes de política de desenvolvimento e de crescimento urbano. É parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo ser aprovado em lei.

Com base no conhecimento que temos da cidade na vida real, o Plano Diretor define as regras para chegarmos a cidade que queremos, um lugar melhor para se viver. Esse é um processo que diz respeito a todas as pessoas que moram na cidade.

Um plano feito com participação ampla pode ajudar a garantir a todos o direito à moradia, ao transporte público, ao saneamento, iluminação pública, comunicação e a fornecer equipamentos de saúde, educação e lazer.

Os planos diretores não são novidade no Brasil. O problema é que quase sempre eles foram elaborados sem consulta à população. Em grande parte das vezes não levaram em consideração os problemas sociais das cidades como desemprego, falta de moradias e de linhas de ônibus adequadas, grande número de favelas, etc, e acabaram nas gavetas.

Dessa forma, nossas cidades foram crescendo sem obedecer a nenhum planejamento e, o que é pior, vendo seus problemas se multiplicarem, sem instrumentos para atuar sobre eles.

Porém, no momento atual, existem novas possibilidades para o planejamento municipal, graças à aprovação da Lei Federal 10.257 de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade.

Essa lei, regulamenta os artigos 182 e 183

da Constituição Federal do Brasil.

Diferente de outras leis de nosso país, O Estatuto da Cidade foi uma conquista de milhões de pessoas que se mobilizaram no Movimento Nacional de Reforma Urbana para incluir no texto da Constituição o direito à cidade e a função social da propriedade.

De um modo geral, o direito à cidade significa a garantia de um território em que todas as pessoas tenham boas condições para se desenvolver e realizar as suas capacidades, o que inclui exercer suas atividades profissionais, freqüentar boas escolas, ter áreas de lazer com qualidade. Enfim, concretizar sua cidadania, com acesso aos serviços básicos que uma cidade deve oferecer.

A função social da propriedade, por sua vez, diz respeito ao uso adequado dos imóveis da cidade. Fazer cumprir a função social da propriedade é:

- Garantir que a terra urbana seja efetivamente utilizada, incorporando-se ao mercado, isto é, desestimular a existência de terrenos baldios.
- Evitar ou reverter a degradação das áreas urbanizadas, dando destinação adequada aos imóveis abandonados.
- Tornar possível o uso mais intenso de partes da cidade com boa infra-estrutura urbana (água, esgoto, energia elétrica, hospitais, escolas, áreas de lazer.etc.) pouco aproveitada, principalmente para moradias.
- Proteger as áreas da cidade que devem ser ocupadas com cuidado porque são "sensíveis" e sua ocupação pode trazer problemas para todo mundo (lugares próximos aos rios e os morros por exemplo).
- Evitar a poluição e os efeitos negativos do crescimento urbano sobre o meio ambiente.

Para garantir o direito à cidade e a função social da propriedade, o Estatuto da Cidade apresenta os chamados "instrumentos de política urbana", que são as ferramentas que podem ser usadas para estimular o desenvolvimento da cidade e melhorar a qualidade de vida da população. Com essas ferramentas podemos construir, a partir do Plano Diretor Participativo, uma cidade mais justa, uma cidade que atenda aos interesses de todas as pessoas.

COMO SERÁ ELABORADO O NOSSO NOVO PLANO DIRETOR?

A nossa cidade, tem um Plano Diretor que foi aprovado em dezembro de 1976, portanto, há praticamente 30 anos. Além desse plano ter sido elaborado sem qualquer participação da sociedade, ele se encontra atualmente, muito defasado em relação a cidade que temos.

Nesses 30 anos, a nossa cidade mudou muito. Por essa razão é que estamos falando de um novo Plano Diretor para Volta Redonda.

Para que toda a cidade participe e assim o nosso plano seja construído coletivamente, será constituído um Conselho Gestor, com representantes de todos os segmentos da sociedade e que terá papel estratégico. Caberá a ele, preparar, conduzir e monitorar todo o processo de elaboração do nosso plano diretor.

Além das diversas plenárias que serão realizadas setorialmente com os diversos segmentos da sociedade (serão em torno de 20 plenárias), haverá 3 grandes Audiências Públicas,

quando será reunida toda a nossa sociedade para decisões importantes sobre o plano.

Na primeira, a ser realizada no início de julho, faremos a Leitura da Cidade. Será o momento de refletirmos coletivamente sobre os nossos problemas e também sobre as nossas potencialidades, ou seja, a cidade que temos.

O segundo grande momento quando novamente nos reuniremos será no início de agosto, quando então construiremos um pacto em torno dos caminhos a serem percorridos para termos a cidade viável, isto é, dentro da realidade e das condições do município.

A terceira e última audiência pública, será realizada no início de setembro. Será a Conferência da Cidade de Volta Redonda, momento em que será apresentado o projeto de lei do novo plano diretor a ser encaminhado à Câmara de Vereadores para discussão e aprovação.

Será também o momento de elegermos o nosso Conselho da Cidade, órgão máximo de nossa política urbana e que terá a função de entre outras, monitorar e acompanhar a implantação do novo plano diretor.

AJUDE A FAZER A VOLTA REDONDA DE TODOS

PARTICIPE !

**VOCÊ CONHECE SUA CIDADE, PORTANTO
PODE E DEVE CONTRIBUIR.**

**PROCURE A PREFEITURA, A CÂMARA
DE VEREADORES OU AS ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES DA CIDADE.**

AVANÇA O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE VOLTA REDONDA

Em Audiência Pública realizada no dia 18 de julho na Associação dos Aposentados e Pensionistas, foi concluída a Leitura da Cidade, ou diagnóstico de consenso, consolidando duas etapas realizadas anteriormente.

A primeira, contou com a realização de 9 plenárias durante parte dos meses de junho e de julho com os diversos segmentos da sociedade, para realização da Leitura Comunitária, ou seja, de que maneira a nossa sociedade, através desses segmentos vê a cidade, seus problemas e suas potencialidades.

A segunda, realizada paralelamente á primeira, os diversos setores da Prefeitura elaboraram a Leitura Técnica, através da confecção de mapas que procuraram traduzir a realidade do município, sob o ponto de vista da Prefeitura.

Ao final, as duas leituras foram sobrepostas, dando origem ao Diagnóstico de Consenso, ou seja a cidade que temos.

Ao todo, participaram 584 pessoas representando seus segmentos sociais, os quais dispensaram voluntariamente, 2.205 horas de trabalho para esta etapa de construção do diagnóstico.

A principal potencialidade apontada pelos participantes, de forma quase unânime, cerca de 70%, foi a qualidade de nossa infraestrutura e o padrão de nosso desenvolvimento urbano, o que qualifica o município neste aspecto, como

um dos mais desenvolvidos do estado.

Com relação aos nossos principais problemas, foram apontados o saneamento ambiental com 35%, seguidos do transporte público e a mobilidade urbana com 30% e as terras ociosas e o uso do solo com 20%.

A próxima etapa do trabalho, será a elaboração de Propostas para os diversos problemas apontados. Para tanto, serão realizadas novamente 9 plenárias com os segmentos da sociedade, em datas e locais definidos.

No próximo dia 22 de agosto, será realizada no Clube dos Funcionários, outra Audiência Pública, para discussão e pactuação das propostas discutidas nas plenárias com os diversos segmentos.

Será o grande momento de construirmos coletivamente, utilizando os instrumentos contidos no Estatuto da Cidade, o caminho para a Volta Redonda viável.

O processo de elaboração do Plano Diretor Participativo, se encerrará no próximo dia 2 de setembro no campus da Fundação Oswaldo Aranha, em Três Poços, quando será realizada a Conferência da Cidade de Volta Redonda para deliberar sobre o projeto de lei a ser encaminhado á Câmara de Vereadores para discussão. Nessa oportunidade, será também eleito o Conselho da Cidade, órgão máximo de nossa política urbana e que acompanhará a implantação do Plano Diretor.

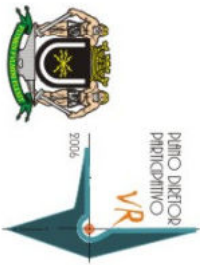
AJUDE A FAZER A VOLTA REDONDA DE TODOS

PARTICIPE !

VOCÊ CONHECE SUA CIDADE, PORTANTO

PODE E DEVE CONTRIBUIR.

**PROCURE A PREFEITURA, A CÂMARA
DE VEREADORES OU AS ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES DA CIDADE.**



Reunião com Arqº e Urbanista Jorge Wilhelm / PMVR/ EPD - 23.08.06



Apresentação do 1º relatório conceitual para o desenvolvimento urbano de VR para o grupo técnico e membros do poder público.



CONSELHO GESTOR

Auditório PMVR - 24.08.06



Reunião para situar o andamento do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo e direcionar a próxima etapa.



Calendário



De olho no calendário

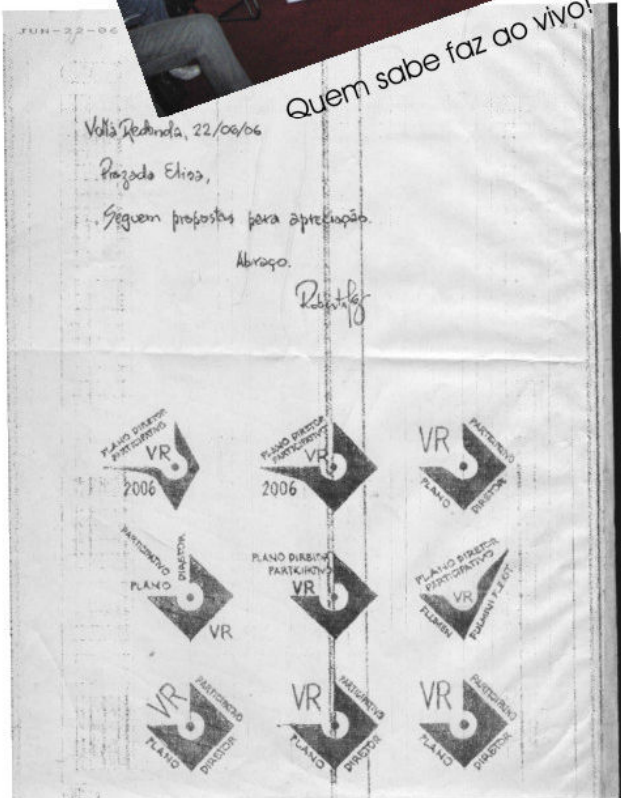
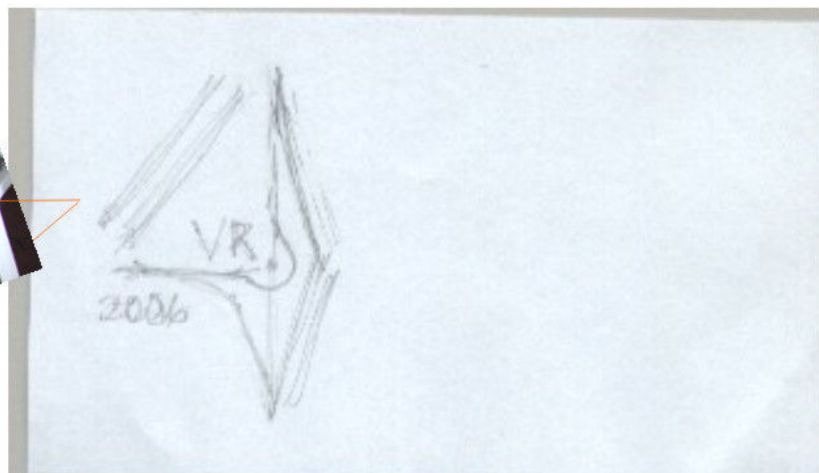
Reuniões a qualquer hora

Criação da logomarca

VR 25.07.06
Auditório do Estádio Municipal
Arqtº Roberto Pimenta



Quem sabe faz ao vivo!



Quem não sabe faz no Corel...

Outras versões do arquiteto para a logo enviadas posteriormente por e-mail.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

VR

2006



Arte final no IPPU (corel draw)



VR

2006

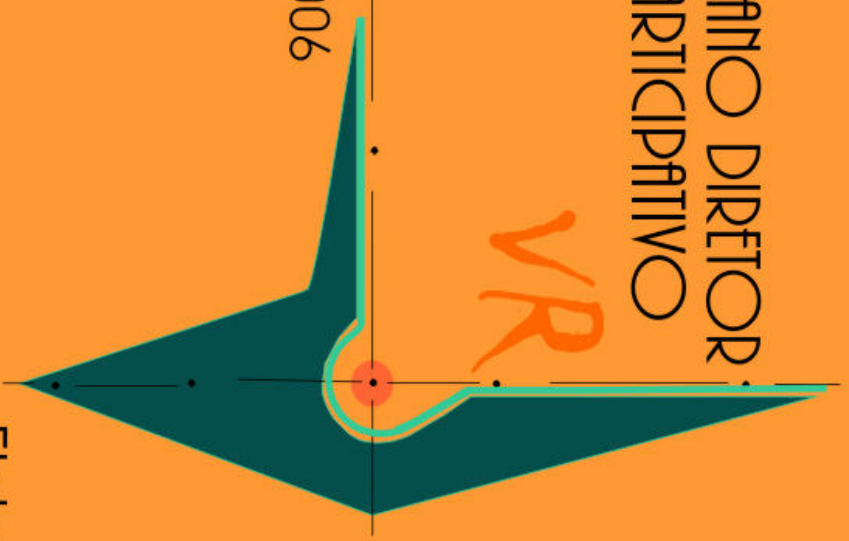
- Plenária
Comitê Tripartite
PMR
e os interessados
- Plenária
PMR
Ses, Autarquias
e Fundações
- Plenária
Entidades
Acadêmicas
ONAS
- Plenária
Movimento
Student
- Plenária
Entidades
Empresariais
- Plenária
Movimento
Boticas
- Plenária
Agencia 27
- Plenária
Mov. da
Juventude
- Plenária
Movimento
Populares
- Fórum da
Diagnóstico
- Fórum da
Proposições
- Conferência
10 Cidades



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

VR

2006



Elaboração

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

VR

2006

CONSTRUINDO A CIDADE
SEGUNDO A VONTADE
DE SEUS CIDADÃOS.



Cidades
Ministério das Cidades

CONFERÊNCIA DA CIDADE

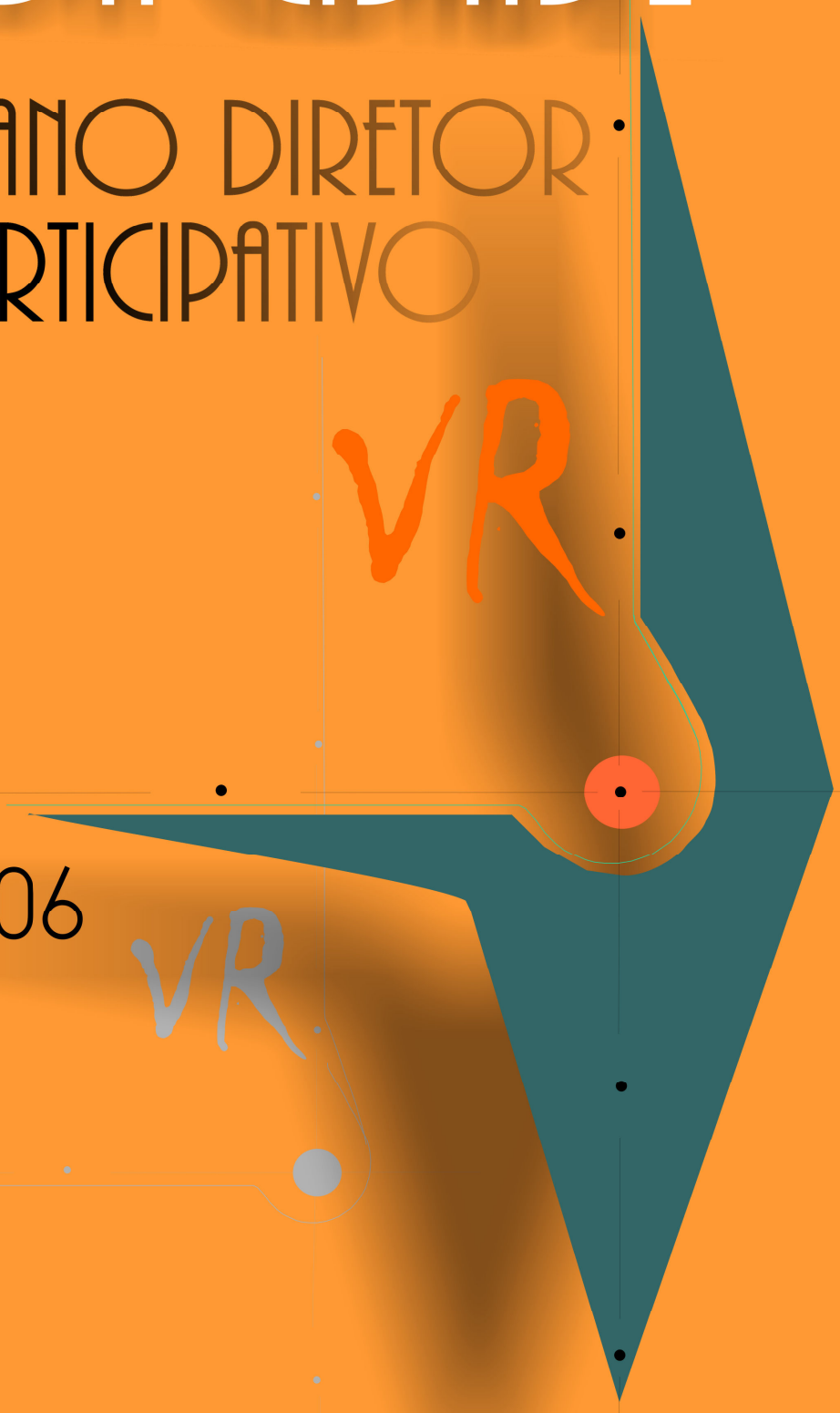
PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

VR

2006



SEJA BEM-VINDO

Sua presença é de fundamental importância neste processo.

Muito obrigado.

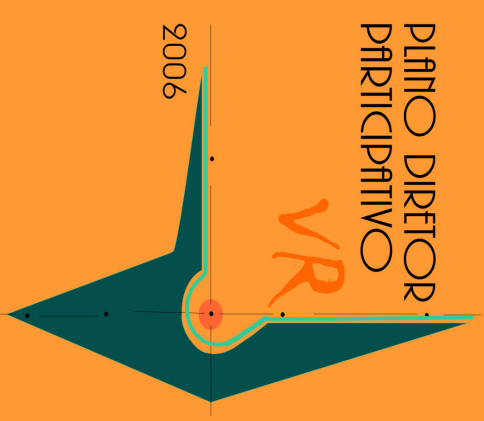
Comitê de Mobilização

GRUPPO 09

PIANO DIRETTORE
PARTICIPATIVO

VR

2006

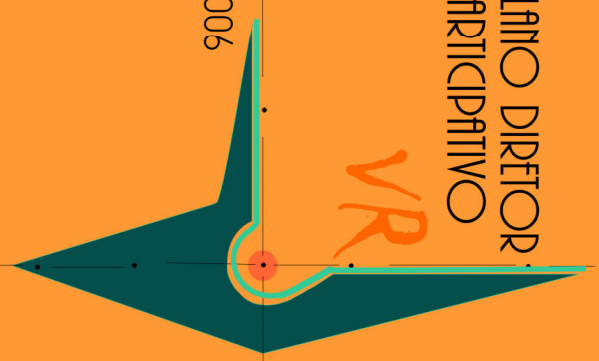


PLENÁRIA

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

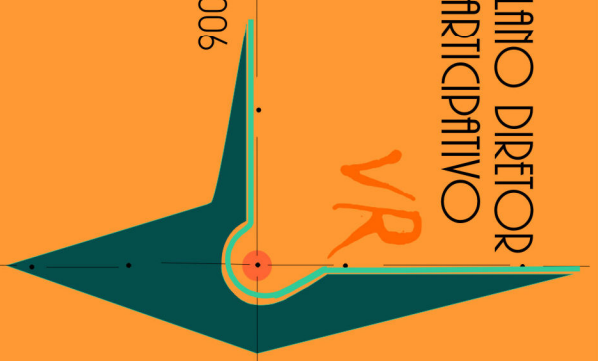


ELEVAÇÃO

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

VR

2006

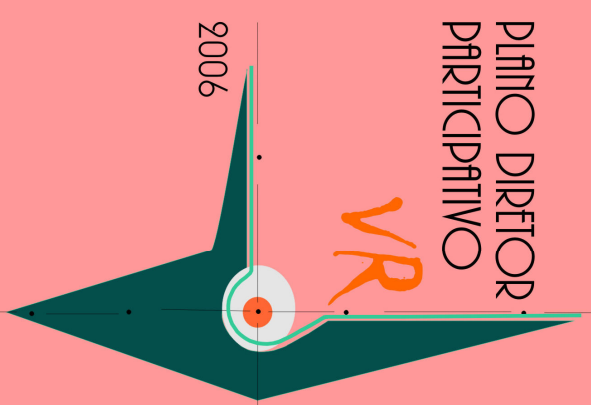


Ent. Acadêmicas, ONGs e Conselhos de Classe

PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO

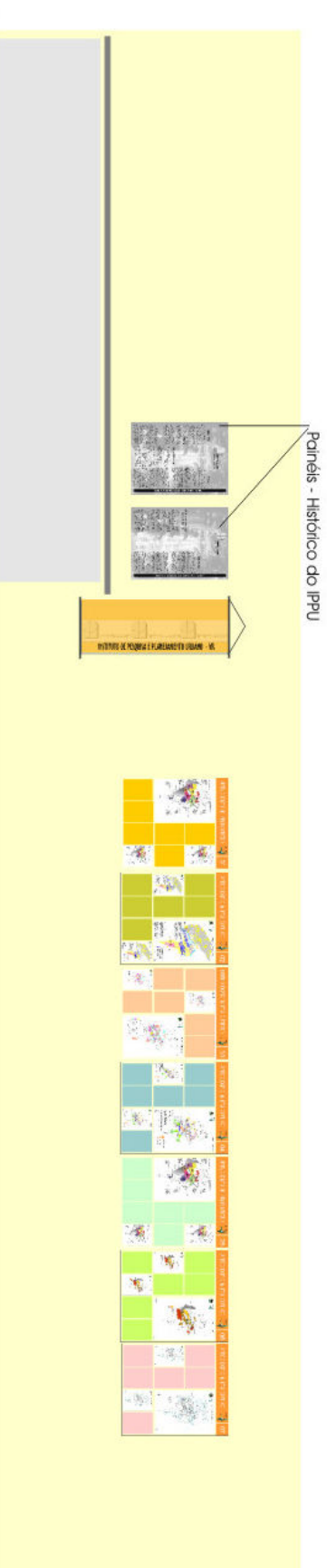
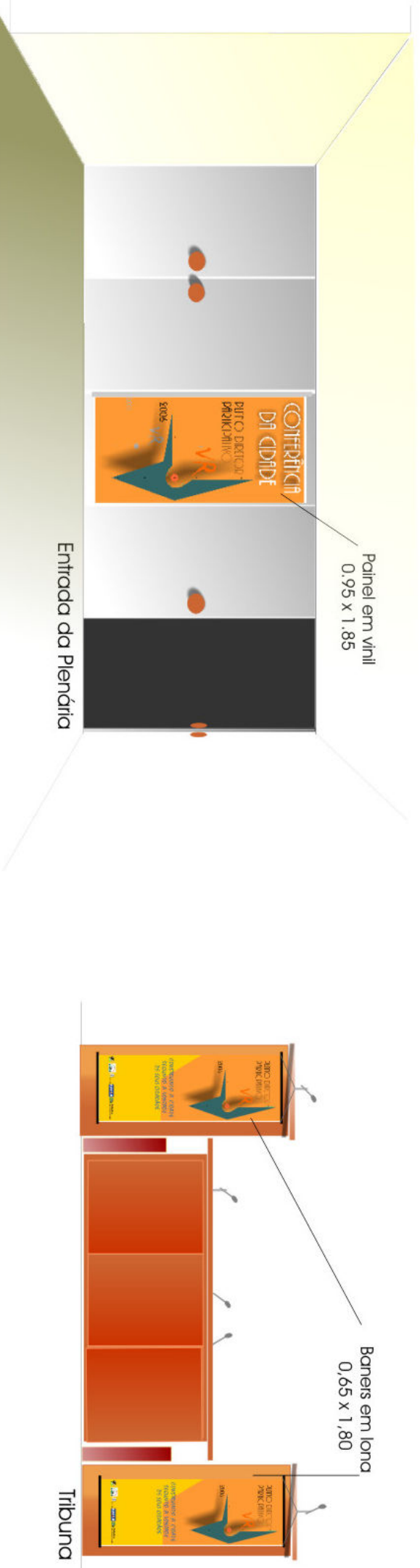
VR

2006



CONFERÊNCIA DA CIDADE

ESTUDO DA AMBIENTAÇÃO - CÂMARA DOS VEREADORES



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO



04

VI. estudos nas Zonas de Designação Ambiental, conforme definição desta lei;

VII. que as condições do solo não permitam a edificação ou o parcelamento;

VIII. que a topografia ambiental imponha condições sanitárias adversas.

Artigo 52 - As regulamentações urbanística e jurídico-fundiária e os instrumentos aplicáveis em relação às Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS serão objeto de Lei específica.

Artigo 63 - As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS são as graficamente delimitadas e descritas no Anexo VII, que passa a ser parte integrante da presente Lei.

§ 1º - A criação de novas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS ou a alteração do perímetro, do desenvolvimento e do funcionamento das já existentes dependerá de formação pelo Poder Executivo, de deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação e de Lei específica.

§ 2º - A regularização jurídico-fundiária dos assentamentos de baixa renda somente será realizada quando precedida da transformação da respectiva área em Zona Especial de Interesse Social - ZEIS.

Seção II
Da Alienação e Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia

Artigo 54 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar ou a outorgar por concessão de uso especial para fins de moradia:

I - terrenos e imóveis públicos localizados em Zonas Especiais de Interesse Social;

§ 1º - A alienação ou concessão somente uma única vez e, desde que não seja proprietário ou concessionário de outro imóvel urbano rural;

§ 2º - A alienação ou concessão de até o máximo de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) no caso da concessão e de 300 m² (trezentos metros quadrados) no caso da alienação;

§ 3º - A outorga destina-se a atender as famílias com renda mensal de até 05 (cinco) salários mínimos, exceto no que trata o § 4º seguinte.

§ 4º - Fica garantida a filiação por alienação às famílias com renda mensal superior a 05 (cinco) salários mínimos, desde que comprovada a ocupação do lote, ininterruptamente e sem oposição, por um período de, no mínimo, 05 (cinco) anos anteriores à data da aprovação desta Lei.

§ 5º - As filiações constantes no § 4º deste artigo só poderão ser realizadas em lotes comprovadamente utilizados como moradia da família ocupante.

§ 7º - No caso da concessão, será considerado o prazo de ocupação, ininterruptamente e sem oposição, de, no mínimo, 05 (cinco) anos anteriores a 30 de junho de 2001.

Artigo 53 - A localização de uma residência para fins de moradia será orientada de forma gratuita.

Artigo 55 - Para registro das escrituras de alienação dos lotes de que trata este artigo no Cartório de Registro de Imóveis competente, fica o Poder Executivo autorizado a isentar os beneficiários do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis. A isenção para o pagamento do tributo será restrita ao registro da escritura firmada entre o município e o primeiro beneficiário.

Seção III
Do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Artigo 57 - Fica criado o Fundo de Desenvolvimento Urbano e Habitação, órgão de natureza contábil-financeira, que tem como objetivo o financiamento dos planos, programas e projetos que visam o desenvolvimento urbano e a produção de moradia para os segmentos mais carentes da população.

Artigo 58 - Os recursos do Fundo serão aplicados com base no preceituado nesta lei, em:

I - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, incluindo a regularização fundiária e urbanização necessária;

II - transporte coletivo público urbano;

III - ordenamento e direcionamento da cidade, incluindo infraestrutura, drenagem e saneamento;

IV - implantação de equipamentos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas de recreação cultural e recreativa, incluindo o financiamento de projetos em áreas de interesse social;

V - recuperação de áreas degradadas da Cidade.

Artigo 59 - O Fundo de Desenvolvimento Urbano e Habitação será constituído de recursos provenientes de:

I - dotações orçamentárias e créditos adicionais suplementares e de dotações de origem orçamentária da União ou do Estado;

II - empréstimos de operações de financiamento interno ou externo;

III - contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;

IV - contribuições ou doações de entidades internacionais;

V - acordos, contratos, convênios e consórcios;

VI - rendimentos obtidos com a aplicação do seu próprio patrimônio;

VII - outorga onerosa do direito de construir;

VIII - receitas provenientes de concessões urbanísticas;

IX - rebreios e resultados de suas aplicações;

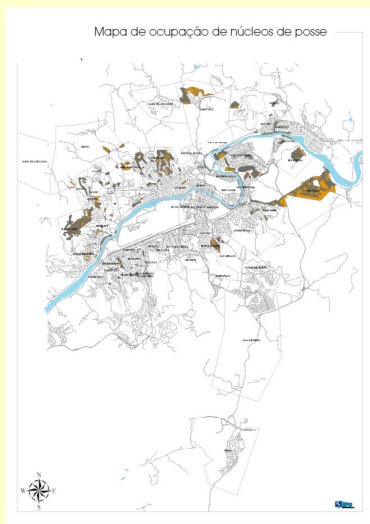
X - multas, correção monetária e juros recebidos em decorrência de suas aplicações;

XI - receitas provenientes de alienação de bens públicos para fins de moradia;

XII - receitas provenientes do direito de construir;

XIII - receitas provenientes de alienação de bens públicos para fins de moradia;

XIV - outras receitas eventuais.



Artigo 60 - O Fundo de Desenvolvimento Urbano e Habitação será administrado por um Conselho Diretor, composto por membros indicados pelo Executivo, garantida a participação da sociedade, e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

CAPÍTULO IX
DA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA E INCLUSIVA

CAPÍTULO X
DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE E DO SANEAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Da Política do Meio Ambiente

Artigo 61 - A Política Municipal do Meio Ambiente, respeitadas as competências da União e do Estado, deverá atuar no sentido de preservar, controlar e promover o desenvolvimento sustentável, em consonância com o potencial de desenvolvimento sócio-econômico do município, garantindo o equilíbrio ambiental e ecologicamente equilibrado.

Parágrafo Único - A Política Municipal do Meio Ambiente, ora criada e entendida como um conjunto de diretrizes, princípios e mecanismos de política pública que, além de orientar o planejamento e a implementação, a utilização racional e adequada dos recursos naturais e não renováveis e comprometer-se a compatibilizar com o crescimento e o desenvolvimento econômico e social, deverá ser articulada e integrada com as políticas relevantes.

Objetivos da Política Ambiental

I. Preservar os ecossistemas naturais;

II. planejar o uso dos recursos ambientais, compatibilizando o desenvolvimento socio-econômico com a proteção do meio ambiente;

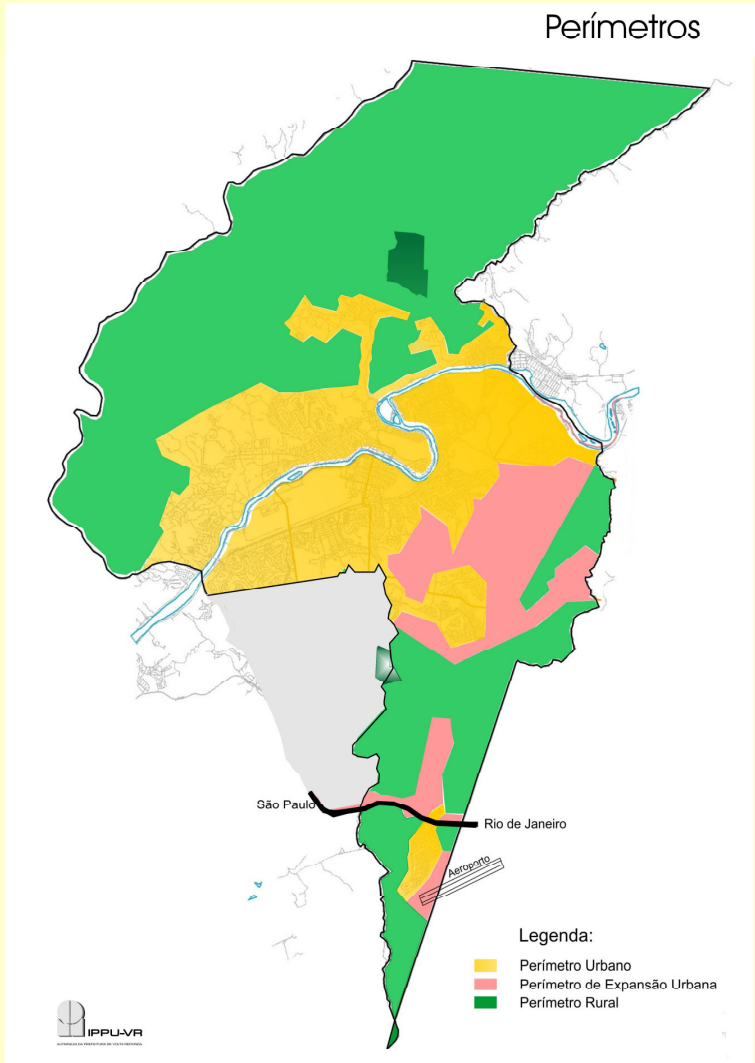
III. controlar as atividades públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações do meio ambiente;

IV. valorizar o patrimônio natural da cidade;

V. incentivar a formação de consciência pública sobre a necessidade de proteger, melhorar e conservar o meio ambiente;

VI. garantir a proteção e divulgação do conhecimento sobre o meio ambiente.

Artigo 62 - Constituem-se diretrizes da Política Ambiental do município:



I. aplicar os instrumentos de gestão ambiental estabelecidos na legislação pertinente, bem como a criação de outros instrumentos legais necessários;

II. criar mecanismos de caráter ambiental adequados para o uso e ocupação do solo, inclusive quanto a coeficiente de permeabilidade, contribuindo para a proteção do meio ambiente;

III. estabelecer critérios e padrões da qualidade ambiental e normas relativas ao uso e manejo dos recursos naturais;

IV. controlar os níveis de poluição atmosférica, hídrica, do solo e sonora;

V. implantar programas de intervenção ambiental englobando um conjunto de ações voltado para a recuperação e proteção ambiental;

VI. direcionar o processo de formação de uma consciência crítica na população, que reflita a sua relação com o meio ambiente, inventando e assumindo o papel que lhe cabe na manutenção e controle da qualidade de vida e do ambiente.

Artigo 63 - Para a consecução dos objetivos e diretrizes preconizados na Política Municipal do Meio Ambiente e visando o fortalecimento da gestão ambiental local, fica instituído o Sistema Municipal do Meio Ambiente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, que será desenvolvido sob a seguinte estrutura:

Seção I
Dos Instrumentos de Gestão Ambiental

Artigo 64 - A Lei que instituir o instrumento ambiental deverá ser elaborada em conjunto com a que define a ocupação do solo.

Artigo 65 - Na localização, construção, instalação, ampliação, modificação e reconstrução de atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetivas ou potenciais de causar degradação ambiental, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

Artigo 66 - Fica instituído o Termo de Responsabilidade Ambiental - TRA, documento a ser firmado entre o Poder Público e pessoas físicas ou jurídicas, resultante de negociação de contropartida nos casos de autorização prévia de supressão de espécies arbóreas.

Artigo 67 - Fica instituído o EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança e seus respectivos RIV e DIB, de caráter técnico, para atividades que possam causar impactos e alterações das características urbanas no entorno da atividade.

§ 1º - O CIV e o RIV serão regulamentados pela Lei que regulamentar o SISNAMA.

§ 2º - O EIV e o RIV não substituirão o EIA e o RIMA previstos na Legislação Ambiental competente, podendo vir a ser parte integrante desses últimos.

Artigo 68 - São consideradas áreas verdes do município:

I. Aquelas definidas no art. 310 da LOM;

II. As áreas de preservação permanente, assim definidas pela legislação ambiental competente;

III. As Unidades de Conservação de Proteção Integral ARIE - Parques dos Parques e Parques Naturais Municipais Fazenda Santa Cruz das Freguesas;

IV. Os remanescentes de mata, e áreas em recuperação de propriedade pública ou privadas;

V. Áreas verdes parciais;

VI. O Zoológico Municipal;

VII. As demais unidades que vierem a ser criadas pelo município.

Artigo 69 - Ações estratégicas:

I. Ampliar as áreas verdes do município, melhorando a relação área verde por habitante;

II. Elaborar no prazo de até um ano da promulgação desta Lei o Plano de Arborização Urbana do município;

III. Estabelecer parceria entre os setores público e privado para implantação e manutenção de áreas verdes e espaços arborizados ou arborizadas, utilizando o sistema de concessão de uso e concessão de áreas estabelecidas pelo Executivo Municipal;

IV. Recuperar as áreas verdes degradadas;

V. Criar interações entre as áreas verdes locais e implantar áreas verdes em cabeceiras de rios, lagoas, rodovias de drenagem e estabelecer corredores de áreas verdes;

Artigo 70 - Por Lei ou por ato de autoridade, prioridades particulares poderão ser incluídas no sistema de áreas verdes do município.

Parágrafo Único - A preservação da vegetação nas áreas verdes pertencentes poderá ser autorizada pelo Conselho de Controle e por Inventário Físico diferenciado, de acordo com as características de cada área.

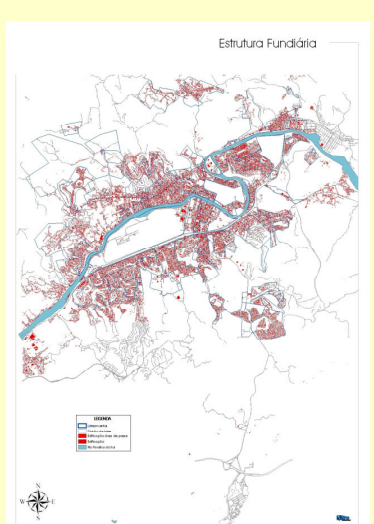
Seção II
Dos Resíduos Sólidos

Artigo 71 - O município deverá elaborar e implementar no prazo de até um ano da promulgação desta Lei o Plano Diretor de Resíduos Sólidos;

Artigo 72 - O município deverá promover oportunidades de trabalho e renda para a população pelo aproveitamento de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e de construção civil;

Artigo 73 - O município deverá incentivar programas de coleta seletiva e reciclagem em parceria com a sociedade civil, como: associações de moradores, grupo de catadores, escolas, comércios, etc;

Artigo 74 - O município deverá buscar mecanismos para o encerramento da atual lixeira municipal bem como a recuperação da área por ela ocupada.



Artigo 75 - O município deverá buscar uma nova área adequada para a construção de uma Central de Tratamento de Resíduos.

Artigo 76 - Não será permitido a instalação de Alarms Industriais, Classe I, na área do município.

Artigo 77 - O órgão ambiental municipal deverá aprovar todo o resultado do serviço de aterro sanitário particular na área do município.

Artigo 78 - O Poder Público buscará mecanismos para mapear e elaborar plano de mitigação para as áreas que foram utilizadas como aterro, bem como seu entorno no município.

§ 1º - O poluidor responsável, acatado com custos deuses estudos e deverá remediar as áreas contaminadas.

Seção III
Do Saneamento Ambiental

Artigo 79 - A Política de Saneamento Ambiental no município se articula às diversas políticas públicas de gestão e proteção ambiental, de usos hídricos, de saneamento básico, de drenagem urbana e de coleta e destinação dos resíduos.

Artigo 80 - É assegurado ao município o saneamento de água de forma a suprir a demanda no que diz respeito ao abastecimento humano, a indústria e ao comércio.

Artigo 81 - O plano de esgoto sanitário será elaborado em toda a zona urbana do município através de estudos técnicos e de planejamento.

§ 1º - Fica o critério do SAAE/VR e tipo de tratamento de esgoto a ser implantado.

§ 2º - Todo empreendimento industrial e comercial a ser implantado deverá passar pelo SAAE/VR para sua aprovação.

CAPÍTULO XI
DO PATRIMÔNIO CULTURAL CONSTRUÍDO
TÍTULO